

# PLANO DE TRABALHO 2025

Construindo o SINGED: Sistema Nacional  
de Geociências, Estatísticas e Dados

2ª edição



**IBGE**

Presidente da República  
**Luiz Inácio Lula da Silva**

Ministra do Planejamento e Orçamento  
**Simone Nassar Tebet**

## **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE**

Presidente  
**Marcio Pochmann**

Diretora-Executiva  
**Flávia Vinhaes Santos**

### **ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES**

Diretoria de Pesquisas  
**Gustavo Junger da Silva**

Diretoria de Geociências  
**Maria do Carmo Dias Bueno**

Diretoria de Tecnologia da Informação  
**Marcos Vinícius Ferreira Mazoni**

Centro de Documentação e Disseminação de Informações  
**José Daniel Castro da Silva**

Escola Nacional de Ciências Estatísticas  
**Paulo de Martino Jannuzzi**

### **UNIDADE RESPONSÁVEL**

Diretoria-Executiva  
Coordenação de Planejamento e Gestão  
**Dione Conceição de Oliveira**

Ministério do Planejamento e Orçamento  
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

# PLANO DE TRABALHO 2025

Construindo o SINGED: Sistema Nacional  
de Geociências, Estatísticas e Dados

2ª edição



**Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE**

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

© IBGE. 2025

Capa

**Aline Carneiro Damacena e Leonardo Martins**

Gerência de Editoração/Centro de Documentação e Disseminação  
de Informações - CDDI

# Sumário

**Apresentação 5**



**O IBGE**



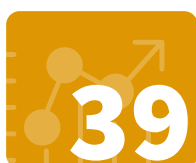
**Contexto  
externo**



**O Sistema Nacional  
de Geociências,  
Estatísticas e  
Dados - SINGED**



**Ações  
planejadas**



**Produção de  
Informações  
Estatísticas e  
Geocientíficas**



**Ensino,  
Pesquisa e  
Extensão**



**Suporte  
corporativo**



**Melhoria e  
inovação**



**Disseminação e  
Comunicação**

**Anexo**  
**Metodologia de construção**  
**do Plano de Trabalho 2025 81**



## Apresentação



**Marcio Pochmann**  
Presidente do IBGE

O IBGE se transforma e aponta o novo caminho na Era Digital para melhor cumprir a sua missão institucional: Retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento de sua realidade e ao exercício da cidadania.

Neste primeiro terço do século XXI, o Brasil convive com grandes e profundas transformações, ainda que não pareça estar suficientemente equipado para lidar com isso. Permanecem incertezas sobre o rumo e as consequências decorrentes da passagem para a Era Digital, posto que uma diversidade majoritária de setores e agentes se encontram sendo amplamente remodelados.

No contexto de transições tecnológicas, a História revela como a produção e disseminação das estatísticas oficiais sofreram sucessivas modificações importantes. Por isso é fundamental encarar a questão atual da transformação digital de frente e tomar medidas resolutas, sem ceder ao pânico ou ao fatalismo, pois necessita envolver – sempre que necessárias – ações mais drásticas.

O processo de datificação da economia e sociedade constitui crescente componente das disputas por soberania nacional e competitividade mundial. O fato é que esse processo em direção ao acesso aberto e uso dos dados representa inédito movimento em propulsão à economia digital.

No Brasil, o acesso aos dados assumiu a condição essencial para a consolidação do Sistema Nacional de Geociências, Estatísticas e Dados - SINGED. Um pré-requisito importante para o desenvolvimento soberano da Nação na Era Digital, enfrentando a nova fase do subdesenvolvimento diante do aparecimento de “colônias digitais”, sem que isso signifique renunciar às tradições legais e políticas democráticas fortemente defendidas de proteção do indivíduo.

O predomínio de bancos de dados descentralizados e fragmentados revela certa obsolescência e irracionalidade do ecossistema de dados no Brasil. A promoção da integração e operacionalidade dos diversos bancos de dados da nação, bem como a circulação e o seu compartilhamento, constituem matéria-prima do necessário avanço soberano da inteligência artificial com novos usos e as aplicações ágeis na reconfiguração de sistemas de mineração de dados adaptada à elevação de qualidade das políticas públicas.

Ao IBGE cabe reunir capacidades para fazer do desenvolvimento da inteligência artificial a via pela qual se concretiza a internalização da robótica enquanto prioridade da inovação disruptiva gerada pela Era Digital. Com isso, a produtividade e a eficiência das pesquisas comportam-se em linha com a configuração e evolução da infraestrutura tecnológica, data centers e a própria nuvem soberana, bem como o aprendizado de máquinas pelo qual o uso de algoritmos permita que o modelo adotado execute tarefas de melhor desempenho a partir da completa fase de aprendizagem.

Pela disponibilidade de redes interpostas, a nuvem soberana constituída deve agilizar o acesso aos recursos computacionais (redes, servidores, armazenamento, aplicações e serviços) que podem estar distantes do provedor de serviços pelos usuários ibgeanos. Nesse sentido que a liderança do processo de modernização para a melhora da eficácia no cumprimento da missão institucional do IBGE é crucial, integrada à estratégia de digitalização do Estado brasileiro.

Em contraste com a fragmentação e descentralização dos bancos de dados existentes e novos em expansão, cabe ao IBGE agir no desenvolvimento e implementação do padrão de metrologia

segura e confiável na integração, harmonização e interoperacionalidade do processo de datificação. Para a IA adequada, a construção dos protocolos com novas métricas a serem aplicados aos dados e o desempenho da interoperabilidade, usabilidade, segurança e confidencialidade do sigilo estatístico.

Na capacidade do IBGE para a formação e treinamento é essencial o reforço e o aprimoramento frente a constituição do SINGED em simultâneo com o avanço da IA. Da mesma forma, a atração dos novos ingressantes que resulta da realização do maior concurso da instituição necessita ampliar continuamente a qualificação dos talentos ibgeanos, sobretudo com a renovação da política de recursos humanos para o salto nas pesquisas públicas ancorada na formação e treinamento no uso da inteligência artificial.

A criação de uma rede de instituições interdisciplinares emerge concomitante com a transformação inovadora do IBGE em Instituição de Ciência e Tecnologia. Por isso, a necessidade de reorganizar o planejamento de médio e longo prazo para aplicações científicas e tecnologias de inovação em pesquisas públicas ágeis e facilitadoras, conforme a tarefa atribuída à recente Comissão constituída pelos colegas na definição da política de inovação do IBGE.

Consecutivamente, o processo de formação e treinamento deve avançar com a constituição de uma nova carreira em pesquisa pública e ao bem comum, com inovadoras condições de trabalho e melhora remuneratória substancial. Tudo isso porque o quadro profissional precisa estar adequadamente preparado para a construção do SINGED em simultânea mudança sem precedente interposta pelo curso da Era Digital.

## **Consolidar e elevar o perfil do ecossistema de dados com o SINGED**

É essencial simplificar a via de atratividade no ecossistema de inovação, com o desenvolvimento da inteligência artificial por meio da oportunidade de experimentá-la em condições reais e efetivas na casa e em parcerias. O acesso e a recuperação de dados existentes em setores prioritários é de importância estratégica, o que significa também considerar a



configuração de novos meios para coleta de dados de qualidade para a montagem do núcleo de inteligência e governança do ecossistema de dados especializado na aplicação em políticas públicas.

Não se trata apenas da suficiência simples do acesso aos dados brutos, pois deve ser anotado adequadamente para permitir o seu uso ideal pela inteligência artificial. A inserção de novas modalidades de coletas nos dados em sistemas operacionais e meios de medição com ferramentas adotadas deve contribuir para o monitoramento das atividades colaborativas entre ação humana e máquinas na geração dos dados por tecnologias de inteligência artificial, cujo trabalho de preparação e estruturação de dados se torna mais ágil e menos enfadado.

Para isso, a visibilidade do ecossistema de dados do Brasil é fator do sucesso, pois envolve análise de complementaridade das atividades de pesquisa humana com o uso da inteligência artificial associada ao treinamento de máquinas. A complementaridade é fundamental para que o trabalho não seja alienado, com a promoção da criatividade, destreza manual, capacidade de resolução de problemas associado ao processo de formação e treinamento constantes.

No caso do IBGE, o papel da ENCE é essencial para envolver mudanças nas relações laborais integradas ao enfrentamento dos desafios digitais diante da crescente automatização laboral. O ensino e a aprendizagem ao longo da vida devem ser revisados, contemplando métodos de ensino experimentais ao desenvolvimento das habilidades criativas que se tornam vitais com a retomada do trabalho presencial a gerar nova coesão com a cultura institucional da Era Digital.

Destaca-se o quanto a configuração do serviço em plataforma agilizará o acesso às informações, possibilitando que o ecossistema de dados esteja estruturado em torno das funcionalidades disponibilizadas. O avanço da experimentação da pesquisa pública e de bem comum em conexão com todos os usuários e produtores de dados deve estabelecer outra lógica de criação e distribuição de valores diante do acesso ao universo dos aplicativos.

Pela plataforma integrativa do ecossistema de dados, a reunião das informações relevantes para a organização e captura da coleta na infraestrutura de computação em larga escala deve incluir os

recursos de hardware e software adaptados à IA. Com isso, a facilitação da inovação pela ampliação da capacidade de experimentação dentro de um quadro controlado por sigilo estatístico, próprio e exclusivo do IBGE.

A prioridade apontada é a garantia de que a capacidade de antecipação seja sustentável, contínua e, sobretudo, articulada com as políticas públicas. Importante ainda destacar que o fascinante debate coletivo deve estar associado a ações concretas, com a política pública sendo levada em conta no horizonte dos resultados das pesquisas experimentais. A transformação experimental pode ser rápida, buscando atender as demandas pela implementação de novas políticas públicas.

## A disseminação do ecossistema de dados

A adoção crescente das técnicas de machine learning aponta para a ruptura com os algoritmos convencionais diante da transição da programação para o aprendizado de máquina. O ponto de partida disso parte do acúmulo do conjunto dos dados brutos de domínio público para a condição de dados estruturados e adequada às técnicas de inteligência artificial.

A natureza de pesquisas experimentais pressupõe a ampliação da responsabilidade pessoal assentada na formação e treinamento direcionado à inovação tecnológica. Um novo profissional que deve agregar o sucesso das experimentações no interior da cadeia de valor da produção e disseminação do IBGE. O processo de transparência é fundamental de ser consolidado por meio da introdução do Comitê de Ética em Tecnologia Digital que responda de forma transparente, organizada e governada por regras adotadas por todos.

Para isso, o processo de recuperação e modernização em curso do IBGE é vital a reorganização do ecossistema de dados brasileiros. Com o apoio governamental, a instituição vem rapidamente adotando nova abordagem em relação aos recursos humanos e materiais com graus variados de sucesso orientados para a inovação compatível com a transformação digital.

A abertura do IBGE para a sociedade, órgãos de Estado, produtores e usuários de dados retomada desde 2023, com o abrigo de coordenar a rede interdisciplinar de institutos visa garantir que o salto técnico-científico das pesquisas públicas na Era Digital seja executado de forma mais eficiente e transparente. Para tanto, a promoção variada de seminários, reuniões de recursos de treinamento e a consolidação de seus resultados entre poares nacionais e internacionais.

Ao mesmo tempo, a avaliação das disposições de fast-track nos processos burocráticos e procedimentos a serem simplificados. Isso porque uma ampla gama de usos e aplicações nos estudos e pesquisas sobre a realidade brasileira depende da disponibilidade e operacionalidade de dados, o que constitui o ponto de partida da estratégia institucional baseada na Era Digital.

No entanto, o ecossistema de dados da Nação se encontra atualmente disperso e fragmentado, cujo maior acesso e circulação dos dados depende

da restauração da unidade e uniformidade da coordenação nacional. Entre os anos de 1936 e 1964, por exemplo, o IBGE realizou essa importantíssima tarefa no Brasil.

Para que isso volte a acontecer, novas formas de coletar, operacionalizar, produzir, compartilhar e governar dados devem estar em linha com a concepção da datificação como um bem comum definido por um fórum que contemple representativos agentes e usuários dados no Brasil. Importante envolver e encorajar, nesse sentido, os agentes econômicos a compartilhar e reunir seus dados, com o Estado atuando como um terceiro confiável.

A revisão da diretiva sobre a reutilização de informação no interior do sector público deve proporcionar a oportunidade para acelerar a abertura dos dados públicos e delinear os termos e condições de acesso a dados pessoais por motivos de interesse público. Com isso, o objetivo de salvaguardar a soberania, enfrentando a problemática transferência de dados para fora do país.

O Brasil detém ativos necessários para assumir o seu lugar adequado no cenário internacional, com empresas e redes acadêmicas e sociais com seus dados mais conectadas aos talentos locais. Em resumo, uma abordagem reorganizativa que reforce o ecossistema de dados nacionais com um dos grandes desafios da nação, o que evita tanto a dispersão de esforços para concentrar no que é crucial do ponto de vista dos interesses públicos.

Ao proceder assim, a indicação evidente do conhecimento do caminho a seguir. De um lado, o desenvolvimento de experimentações de pesquisas e estudos com aplicações práticas e usos que ajudem a melhorar as decisões de política públicas disponíveis em prol da elevação do desempenho econômico, social e ambiental do país.

De outro, o progresso da inteligência artificial implica conectar a modernidade tecnológica marcado pela dataficação em plataforma que possa estar à disposição de todos os setores da sociedade e economia brasileira. No um mundo cada vez

mais digitalizado, os dados se tornaram centrais para o funcionamento da inteligência artificial no campo das pesquisas públicas, pois têm sido determinantes na organização do conhecimento sobre a realidade.

Da mesma forma, a própria elevação das capacidades de tomada de decisão se interconecta com a capitalização do valor dos dados. A sociedade e economia digital não podem ser governadas por algoritmos intransparentes.

Por isso, o Plano de Trabalho de 2025 contempla os passos em direção à inteligência artificial conectada pela inédita transformação do IBGE em Instituição de Ciência e Tecnologia. Um novo e decisivo papel a ser espraído em domínios críticos e fundamentais para o florescimento de políticas públicas em distintas dimensões demandas pela sociedade e economia brasileira.

**O IBGE**



O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE é uma fundação pública, vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento, que tem por missão “Retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento de sua realidade e ao exercício da cidadania” por meio da produção, da análise, da pesquisa e da disseminação de informações de natureza estatístico-demográfica, socioeconômica, geocientífica, geográfica, cartográfica, territorial, geodésica e ambiental.

Para exercer a sua missão, o IBGE é responsável por **coordenar as atividades dos Sistemas Estatístico e Cartográfico Nacionais** e **realizar pesquisas, levantamentos e estudos estatísticos e geocientíficos** para assegurar informações necessárias ao conhecimento das realidades física, econômica, social e ambiental do País.

Em particular, é responsável pela realização do **Censo Demográfico**, pesquisa decenal que se constitui na principal fonte de referência para o conhecimento das condições de vida da população brasileira, e do **Censo Agropecuário, Florestal e Aquícola**, a mais completa investigação estatística e territorial sobre a estrutura, a dinâmica e o nível de produção da atividade agropecuária brasileira.

Também, o IBGE oferece gratuitamente à sociedade, cursos de graduação, especialização *lato sensu*, mestrado e doutorado, por meio de sua Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE, a qual também atua na capacitação de servidores, como escola de governo.

Assim, o IBGE se constitui no principal provedor de dados e informações do País, atendendo às necessidades dos mais diversos segmentos da sociedade civil, bem como dos órgãos e entidades das diferentes esferas governamentais (federal, estadual e municipal).

Identidade Institucional

**Nome**  
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

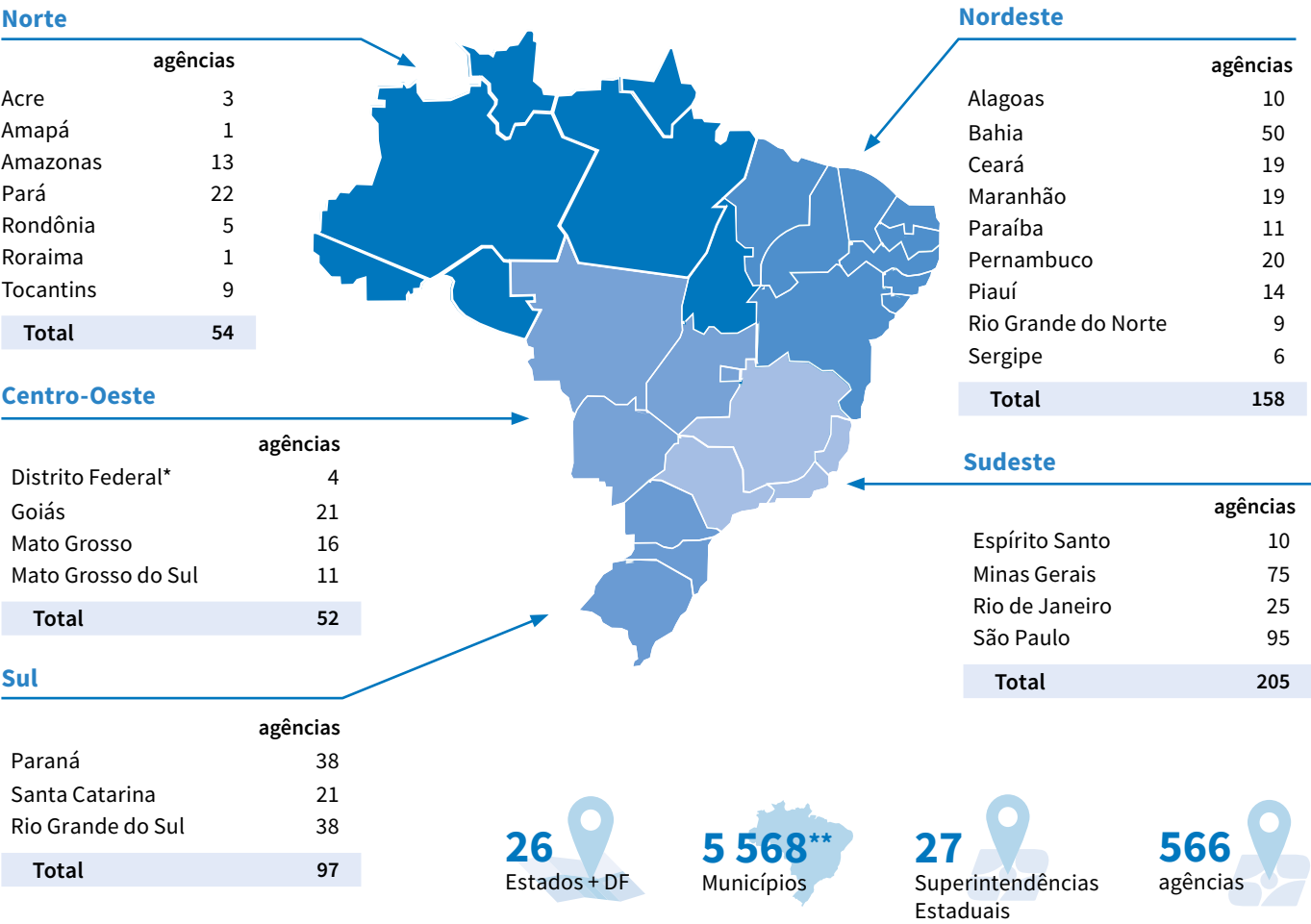
**Missão**  
Retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento de sua realidade e ao exercício da cidadania.

**Visão de Futuro**  
Consolidar a posição do IBGE como referência nacional e internacional na produção e disseminação de informações estatísticas e geoespaciais públicas, relevantes, tempestivas e de fácil acesso.

**Valores**  
Ética, integridade e profissionalismo; respeito à confidencialidade; imparcialidade e independência; qualidade e transparência; foco nas demandas da sociedade; respeito ao informante; e valorização dos talentos.

Onde estamos

O IBGE está presente em todo o território brasileiro, por meio de uma rede nacional de pesquisa e disseminação.

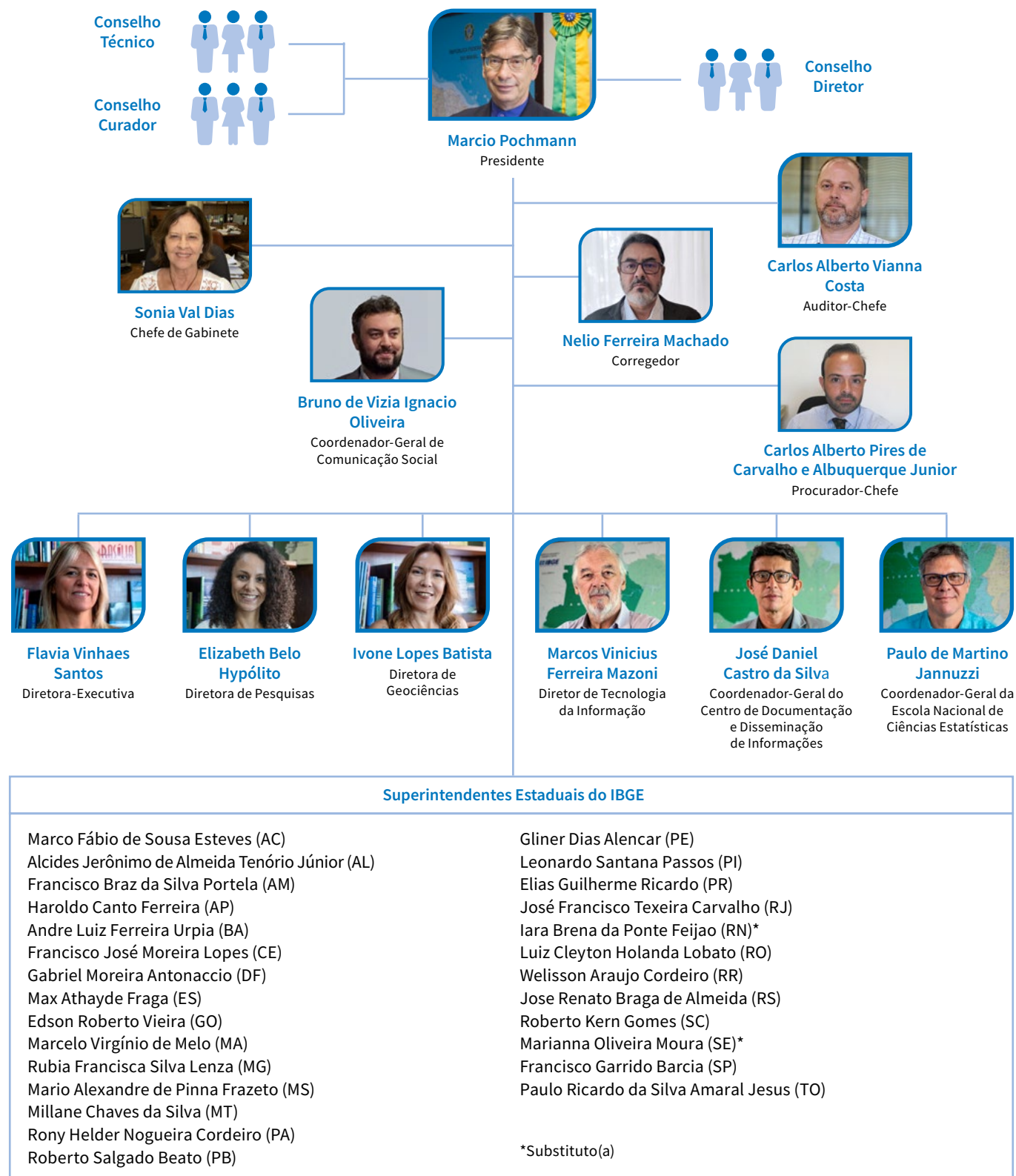


Fonte: IBGE, 2024.

\* O IBGE mantém, ainda, a Reserva Ecológica do Roncador, situada a 35 quilômetros ao sul de Brasília.

\*\* A partir do ano de 2025 são 5 569 Municípios.

## Estrutura organizacional e de governança



## **Órgãos colegiados de direção superior**

### **Conselho Diretor**

Estabelece as políticas que regem a atuação do IBGE, publica seus atos e suas deliberações; avalia periodicamente o desempenho dos órgãos do IBGE e estabelece metas e recomendações de atuação; adota medidas preventivas ou corretivas para a execução adequada do plano estratégico; aprova os atos internos de estrutura organizacional do IBGE; aprova anualmente o relatório de gestão e o relatório orçamentário, financeiro e contábil; e emite pronunciamento sobre a celebração de convênios, parcerias e acordos. É presidido pelo Presidente do IBGE e possui como membros os Diretores e Coordenadores-Gerais.

### **Conselho Curador**

Fiscaliza os atos inerentes à execução orçamentária e financeira do IBGE; avalia o cumprimento das recomendações feitas às unidades do IBGE pela Auditoria Interna; monitora a implementação das medidas determinadas pela Controladoria-Geral da União e pelo Tribunal de Contas da União; analisa e emite parecer conclusivo sobre a prestação de contas anual do IBGE; e acompanha e controla a gestão patrimonial. É presidido pelo Presidente do IBGE e possui como membros: um representante do Ministério do Planejamento e Orçamento, um representante do Ministério da Fazenda, um representante do Banco Central do Brasil e dois representantes do quadro de pessoal permanente do IBGE.

### **Conselho Técnico**

Acompanha as atividades técnicas do IBGE e, se necessário, recomenda a adoção das providências que julgar convenientes; e atua como órgão consultivo para os assuntos de natureza técnica no âmbito de competência do IBGE. É formado pelo Presidente do IBGE, que o presidirá, e 12 conselheiros, sendo seis de órgãos do Poder Executivo Federal e seis escolhidos dentre cidadãos com reconhecida representatividade e capacidade técnica nas áreas de competência do IBGE. Está em andamento o processo de obtenção das indicações por parte dos Ministérios para uma nova formação de tal Conselho.

## **Órgãos de assistência direta e imediata ao Presidente**

### **Gabinete da Presidência - GAB**

Assiste o Presidente do IBGE em sua representação política e social e ocupa-se do preparo e do despacho do seu expediente administrativo.

### **Coordenação-Geral de Comunicação Social - CCS**

Coordena a gestão da comunicação, de forma a garantir a divulgação dos produtos, serviços e informações institucionais do IBGE para a mídia e a sociedade e zela e aprimora continuamente o relacionamento do IBGE com a mídia.

### **Ouvidoria - OUV**

Gerencia os pedidos de informações, reclamações, denúncias, críticas, sugestões e elogios feitos por cidadãos e servidores, assegurando direito de resposta às demandas interpostas e informando seus autores sobre as providências adotadas. Propõe a adoção de medidas para a correção e a prevenção de falhas e omissões dos responsáveis pela inadequada prestação do serviço público, atuando em sintonia com a Comissão de Ética.

### **Coordenação-Geral de Operações Censitárias - CGOC**

Planeja, executa e monitora as operações censitárias. Estabelece parcerias com instituições públicas e privadas para apoio às operações censitárias. Participa de projetos de organismos internacionais e multilaterais de apoio e compartilhamento do saber institucional sobre organização e execução de operações censitárias. Acompanha a elaboração da proposta orçamentária da União referente ao previsto no Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas.

### **Gerência de Relações Institucionais - GRT**

Desenvolve o relacionamento com instituições e governos, nacionais e internacionais, de forma a



estabelecer estratégias e parcerias voltadas ao desenvolvimento dos objetivos do IBGE e de sua sustentabilidade. Articula programas de trabalho em conjunto com organizações parceiras no âmbito geocientífico e estatístico e de outros conhecimentos e expertises existentes na instituição. Gerencia ações entre as unidades setoriais da Administração Central e as Superintendências Estaduais do IBGE.

### **Gerência de Relações Internacionais - GRI**

Gerencia e sistematiza procedimentos de inserção internacional do IBGE nas áreas de estatística e de geociências, que contemplem a cooperação técnica e científico-tecnológica internacional nos temas de relevância de suas atividades. Articula ações entre as diversas unidades setoriais do IBGE e as instituições internacionais.

### **Gerência de Integridade - GIN**

Gerencia, executa e monitora o programa de integridade, no âmbito do IBGE. Elabora e revisa, periodicamente, o plano de integridade. Propõe ações e medidas, para a gestão do programa de integridade. Atua na promoção e orientação de treinamento em assuntos relativos ao programa de integridade. Apoia e oferece suporte metodológico para a gestão de riscos para a integridade.

### **Setor de Apoio Parlamentar - SEPAR**

Presta apoio ao Presidente e demais autoridades do IBGE no relacionamento legislativo. Acompanha a tramitação de matérias de interesse do IBGE no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.

## **Órgãos seccionais**

### **Auditoria Interna - AUD**

No exercício de suas competências, vincula-se administrativamente ao Conselho Curador e se constitui na terceira linha, dentro do Modelo das Três Linhas definido pelo Instituto de Auditores Internos (The International of Internal Auditors - IIA). Visa agregar aos processos de governança, de gerenciamento dos riscos e aos controles internos que compõem a Cadeia de Valor do IBGE, por meio da prestação de serviços de avaliação e de consultoria independentes, além de acompanhar o cumprimento e a implementação das recomendações ou das determinações da Controladoria-Geral da União e do Tribunal de Contas da União.

### **Diretoria-Executiva - DE**

Exerce atividades de planejamento, organização, coordenação, orientação e execução das atividades relativas à administração de recursos humanos, materiais, patrimoniais, orçamentários, financeiros e contábeis, presta suporte às unidades descentralizadas na execução dessas atividades e assessora o Presidente do IBGE nos assuntos de governança, planejamento e gestão.

### **Procuradoria Federal - PF**

Vinculada à Advocacia-Geral da União - AGU, nos termos do § 3º do Art. 2º, da Lei Complementar n. 73, de 10.02.1993 e, na qualidade de órgão executor da Procuradoria-Geral Federal - PGF, representa judicial e extrajudicialmente o IBGE e exerce atividades de consultoria e assessoramento jurídicos no IBGE.

### **Corregedoria - CORREG**

Planeja, dirige, orienta, supervisiona, avalia e controla as atividades de correição no âmbito do IBGE.

## Órgãos específicos singulares

### **Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI**

Planeja, organiza, coordena e executa as atividades de documentação e de disseminação de informações produzidas pelo IBGE; desenvolve produtos e serviços de informação adequados aos segmentos de usuários e promove sua divulgação e comercialização; atende às demandas dos usuários por meio de seus canais de comunicação com a sociedade; e faz a gestão da comunicação interna.

### **Diretoria de Geociências - DGC**

Planeja, organiza, coordena e executa levantamentos, pesquisas, prospecções tecnológicas, análises, estudos e mapeamentos de natureza geocientífica e estatística relacionados às áreas de geodésia, cartografia, estruturas territoriais, geografia, recursos naturais e meio ambiente e executa as ações de competência do IBGE, no âmbito da coordenação do Sistema Geodésico Brasileiro, do Sistema Cartográfico Nacional, da Infraestrutura de Dados Geoespaciais e da sistematização de informações sobre meio ambiente e recursos naturais, com referência a sua ocorrência, distribuição e frequência, e em relação aos convênios e aos acordos de cooperação em matéria geocientífica.

### **Diretoria de Tecnologia da Informação - DTI**

Planeja, organiza, coordena e executa as atividades de governança digital, de processamento de dados e de informações, por meio do apoio, da promoção e do desenvolvimento da arquitetura, dos processos de informatização e dos sistemas do IBGE e administra e zela pela infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação - TIC e pela preservação e garantia da segurança da informação e da proteção da base de dados do IBGE.

### **Diretoria de Pesquisas - DPE**

Planeja, organiza, coordena e executa estudos, pesquisas e trabalhos de natureza estatística relativos à situação demográfica, econômica, social, ambiental e administrativa do País e executa as ações de competência do IBGE, na coordenação do Sistema Estatístico Nacional, e em relação aos convênios e aos acordos de cooperação em matéria estatística.

### **Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE**

Planeja, organiza, coordena e executa atividades de ensino, pesquisa e extensão – podendo manter cursos de graduação e de pós-graduação *stricto e lato sensu*, promovendo a difusão de conhecimento, o desenvolvimento e o fomento de pesquisa científica relacionada à esfera de atuação do IBGE – bem como ações e atividades de capacitação, treinamento, aperfeiçoamento, formação e pesquisa, para o corpo funcional do IBGE, para outras instituições públicas e para o público em geral.

## Órgãos descentralizados

### Superintendências Estaduais - SESs

O IBGE possui 27 Superintendências Estaduais - SESs, uma em cada capital estadual e uma no Distrito Federal, subordinadas imediatamente à presidência do IBGE. As SESs têm como competência, no âmbito de sua jurisdição: planejar, coordenar, executar e controlar as atividades técnicas, administrativas e de disseminação das informações do IBGE; representar o IBGE perante os Poderes Públicos constituídos, órgãos públicos, sociedade e demais entidades representativas; e administrar e gerir as suas unidades organizacionais subordinadas e uma rede de 566 agências, localizadas em centenas de Municípios, otimizando as atividades de coleta de dados pelo IBGE.

# Contexto externo



As primeiras décadas do século XXI foram marcadas por profundas mudanças sociais, econômicas, ambientais e tecnológicas. Tais mudanças desafiam a produção de dados oficiais, exigindo maior diversidade, sensibilidade às demandas da sociedade e agilidade na produção e na disseminação.

Existe, ainda, incerteza crescente sobre os recursos financeiros públicos que subsidiam essa produção, dadas as contingências fiscais e a concorrência na alocação do orçamento público. Além disso, houve aumento das necessidades de pessoal, com maiores qualificações e especialização. Com a alta demanda por tais profissionais, a manutenção e atração de talentos também emerge como desafio, tanto na esfera pública como privada.

Nesse cenário, o IBGE, enquanto instituição de Estado responsável pela produção de estatísticas oficiais, busca fornecer informações que retratem a contemporaneidade em seus múltiplos aspectos. As rápidas **mudanças demográficas**, as **transformações no mercado de trabalho** e a interseccionalidade desses fatores com **questões socioambientais e tecnológicas** são alguns dos principais temas emergentes.

Quanto às mudanças demográficas, a estrutura populacional atual reflete o estágio avançado da transição demográfica no Brasil, com queda na fecundidade, aumento na expectativa de vida, diversificação dos fluxos migratórios internos e internacionais, além de novos padrões de nupcialidade e composições familiares. Nas migrações, as transformações globais relacionadas à geopolítica, a amplificação e diversidade de conflitos, as questões ambientais e os desafios à cooperação internacional ampliaram modalidades de deslocamentos. No Brasil, esse cenário aponta para o crescimento da proporção de idosos e a continuidade da redução dos totais absolutos de crianças e jovens. A distribuição espacial da população revela, ainda, que o crescimento populacional não se encontra nas maiores regiões metropolitanas, na qual os

índices são próximos a zero ou negativos, mas sim em cidades pequenas e médias.

Em relação às transformações no mercado de trabalho, as dinâmicas contemporâneas também foram redefinidas. As categorias tradicionais usadas para compreender o mercado e a renda tornaram-se menos rígidas e mais fluidas. Além da flexibilização do trabalho e da ampliação de modalidades no campo da informalidade, há o crescimento das rendas oriundas de atividades no mundo digital, seja por redes sociais ou aplicativos. Essas novas formas se diversificam, incluindo múltiplas inserções, trajetórias fluidas entre categorias de trabalho, grupos de jovens que não trabalham nem estudam, e idosos que não trabalham e não recebem aposentadoria, entre outras categorias.

Sobre as questões socioambientais emergentes, as mudanças ambientais globais, expressas no aquecimento climático e aumento da intensidade e frequência de eventos extremos, somam-se aos desafios ambientais preexistentes no Brasil. Questões como mudanças no uso e cobertura do solo, expansão das áreas urbanas, desmatamento e dinâmicas de risco e vulnerabilidade expressam fenômenos dinâmicos, cuja compreensão demanda a produção de estatísticas que também o sejam.

Quanto às mudanças tecnológicas, nos últimos dez anos, o volume, variedade e velocidade na produção de dados, seja por entes públicos ou privados, configurou um contexto informacional que se convencionou chamar de *Big Data*. Há uma profusão de novos dados “organicamente” produzidos e “materialmente” compiláveis pelas imagens de sensores óticos distribuídos pelas cidades, registros de ligações de telefonia móvel, registros de compras do comércio eletrônico, interações pessoais nas mídias sociais, dentre outros. Isso sinaliza uma mudança da Era Industrial para a Era Digital, na qual a comunicação passa a ser presente de forma transversal em todas as cadeias e setores, conformando empresas maiores que países e com impacto na soberania das nações, sem, no entanto, haver o compromisso com a garantia do sigilo de informações pessoais e transações comerciais. A soberania nacional, a partir da **soberania de dados**, passou a ser um novo desafio para os institutos de estatística.

A compreensão mais ampla e tempestiva destes fenômenos continua indicando a importância de

pesquisas domiciliares, sejam as censitárias, sejam as amostrais. Paralelamente, cresce a intensidade do uso de dados considerados não tradicionais, associados aos grandes volumes de dados, por vezes não estruturados, e pelo pareamento de registros administrativos de múltiplas fontes.

Nesse sentido, as mudanças tecnológicas podem se constituir como um desafio para os institutos de estatística, mas também podem trazer ferramentas relevantes para a superação dos desafios emergentes. A interoperabilidade entre bases de dados, a colaboração interinstitucional e a utilização de fontes alternativas são exemplos de como a tecnologia pode facilitar a integração e a harmonização de informações.

Para além disso, a tecnologia, mais do que ferramenta, é uma lente que transforma formas de compreender e retratar o mundo. As inovações tecnológicas oferecem aos institutos de estatística não apenas novos métodos, mas também novas possibilidades de retratar a realidade, como se a própria natureza dos dados fosse reimaginada. Contudo, essa evolução exige cautela, reflexão e responsabilidade. Afinal, o desafio maior não é apenas captar a imensidão de informações disponíveis, mas interpretá-las com sensibilidade, propósito e seguindo os princípios das estatísticas oficiais.

A tecnologia, por mais avançada que seja, não substitui o olhar humano, o discernimento ético, nem a profundidade da experiência acumulada por instituições como o IBGE. A produção de estatísticas oficiais precisa ir além da mera coleta de dados: deve articular a complexidade do presente com os aprendizados do passado, buscando construir um conhecimento que seja, ao mesmo tempo, técnico e humano. Nesse sentido, o equilíbrio entre inovação e tradição revela-se um valor essencial.

Mas há, também, desafios éticos e metodológicos que permeiam essas transformações. No contexto da produção de estatísticas oficiais, tais dados devem ser capazes de retratar a diversidade social e não excluir nenhum grupo, subsidiando as ações públicas e privadas. Tais questões não são meramente técnicas, mas associadas às dinâmicas sociais e trazem a natureza dual da tecnologia, que carrega tanto o potencial de emancipação quanto o risco de alienação.

O IBGE, com sua longa história de confidencialidade e respeito à privacidade, desempenha um

papel singular nesse cenário. A confiança depositada pela sociedade em suas estatísticas reforça que os dados do Instituto são mais do que números e refletem histórias humanas, carregadas de significados. A ética, a responsabilidade e o compromisso com a fidelidade à realidade orientam a atuação do Instituto frente às mudanças tecnológicas, garantindo que sua missão permaneça a mesma: retratar o Brasil para o exercício da cidadania.

O contexto de tais reflexões demanda um esforço adicional ao IBGE, que envolve compreender possibilidades de futuro, nas suas múltiplas trajetórias. As mudanças tecnológicas, sociais, ambientais, demográficas e econômicas presentes e futuras são o substrato essencial para o qual o Instituto precisa se preparar, visando manter sua relevância e atuação. Tal desafio é presente em diversas associações ao redor do globo.

O Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (The Intergovernmental Panel on Climate Change - IPCC), organiza dados sobre impactos, vulnerabilidades, adaptação e mitigação da mudança do clima em cinco cenários de futuro, que consideram desde o avanço do desenvolvimento sustentável até um mundo fragmentado, com enfraquecimento da cooperação regional e estagnação do desenvolvimento.

O projeto FutuRes, financiado pela União Europeia, analisa como a construção de cenários pode ser uma ferramenta poderosa para enfrentar os desafios de um futuro incerto. Explorando questões como o impacto do envelhecimento populacional, a automação e as migrações nos mercados de trabalho e nas tendências demográficas, a iniciativa adota uma abordagem colaborativa, integrando acadêmicos, formuladores de políticas e a sociedade civil para gerar conhecimento orientado à ação.

Essa iniciativa evidencia a importância de um planejamento estratégico que ultrapasse a análise imediatista e permita que instituições públicas se preparem para transformações sociais e tecnológicas. Em particular, a metodologia de construção de cenários qualitativos destaca-se como um recurso fundamental para a chamada “**governança antecipatória**”.

Ainda neste âmbito, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE (Organisation for Economic Co-operation and Development - OECD) atua em diferentes frentes estratégicas relacionadas às tendências de futuro, incluindo

programas sobre futuros climáticos, incertezas geoeconômicas, transformações globais emergentes e os aspectos intergeracionais dos desafios globais presentes e futuros.

Essa prática, que já é amplamente utilizada pela Comissão Europeia e organismos como o IPCC, propõe trajetórias baseadas em evidências científicas e oferece suporte para a formulação de políticas resilientes.

O tema também foi central na recente reunião do Comitê Executivo da Conferência Estatística das Américas da Comissão Econômica para a América Latina - CEPAL, realizada em agosto de 2024. No encontro, foi debatido o futuro da produção estatística, reforçando a importância da capacidade institucional e o aumento do uso de registros administrativos, em um contexto de crescimento dos desafios enfrentados pelos institutos da região.

Neste contexto, a **construção de cenários de futuro** é uma ferramenta importante para subsidiar ações em campos variados, incluindo o da produção de estatísticas e informações geocientíficas, central às ações do IBGE. Tais cenários não são unicamente perspectivas sobre mudanças tecnológicas, sociais, econômicas ou ambientais, mas consideram uma visão holística que incorpore valores, incertezas e interdependências que moldam o futuro.

Dentre essas, a construção de redes colaborativas que promovam a troca de ideias e fortaleçam a capacidade das instituições de responderem a crises será fundamental. Há que se considerar, ainda, a necessária demanda pela discussão sobre a soberania de dados e a consolidação do **Sistema Nacional de Geociências, Estatísticas e Dados - SINGED**, como resposta aos desafios presentes e futuros que se impõem ao IBGE e ao País, para a tomada de decisão.

Incorporar reflexões sobre os caminhos presentes e as possibilidades de futuro é mais uma das demandas apresentadas ao IBGE. Se tal preocupação é expressa diretamente em diferentes contextos, cabe ao Instituto considerar, com o cuidado e seriedade necessários, aquelas que estão no seu escopo, em prospecção de futuros que valorizem a diversidade e a representação dos múltiplos setores da sociedade, que influenciam a priorização de caminhos, pesquisas, estudos e levantamentos estatísticos e geocientíficos e dados.

# **O Sistema Nacional de Geociências, Estatísticas e Dados - SINGED**





Considerando o contexto externo a que está submetido o IBGE, no qual há um crescente volume, variedade e velocidade na produção de dados, seja por entes públicos ou privados, conhecido como *Big Data*, e a relevância dos dados para a produção de informações estatísticas e geocientíficas para a tomada de decisão sobre os rumos do País e para a formulação de políticas públicas que busquem atender aos anseios da sociedade brasileira, o IBGE assume papel de destaque para que se alcance a desejada soberania de dados no Brasil.

Em virtude disso, o IBGE, vem promovendo discussões internas e debates com a sociedade acerca da constituição e implementação de um **Sistema Nacional de Geociências, Estatísticas e Dados - SINGED**. E, neste capítulo, será apresentado o histórico do IBGE sobre o assunto, culminando com as linhas gerais do que se planeja para o SINGED.

## **O histórico de atuação do IBGE no Sistema Estatístico Nacional**

O Brasil teve, em 1934, seu primeiro órgão oficial centralizado dos serviços públicos estatísticos, quando da criação do **Instituto Nacional de Estatística**. Entre os anos de 1936 e 1964, o IBGE funcionou subordinado à Presidência da República, tendo, além da realização decenal dos censos demográficos, a produção sistemática do Anuário Estatístico como o principal repositório do conjunto de dados oficiais, relativos ao curso analógico em transição do antigo agrarismo para a sociedade urbana e industrial. Em um ambiente institucional cooperativo, foi o IBGE o grande coordenador dos dados oficiais compartilhados por diferentes instituições da República.

De 1964 em diante, os serviços públicos de estatística e geografia do País perderam centralidade, com o deslocamento da subordinação do IBGE da Presidência da República para um ministério específico, movimento imposto oficialmente pela Reforma Administrativa de 1967. O resultado foi a **fragmentação e dispersão dos dados oficiais**, prevalecendo especificidades temáticas ministeriais, promovendo a competição institucional, ampliando os custos de gestão, comprometendo a efetividade do planejamento e a articulação das políticas públicas no País.

A tentativa de agilizar e modernizar o sistema de dados estratégicos do Brasil favoreceu a retomada das repartições de estatísticas pelos demais ministérios temáticos. Em 1964, por exemplo, surgiu o o Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO; em 1974, a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - DATAPREV; em 1991, o Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde - DATASUS; em 2003, o Cadastro Único para Programas Sociais - CadÚnico, entre outras importantes instituições atualmente existentes, funcionando, entretanto, **sem uma coordenação centralizada**.

As **agências estaduais de estatística** também se inserem nesse contexto, compilando uma ampla variedade de dados administrativos produzidos pelas secretarias de Estado e, em alguns casos, também produzindo dados primários provenientes de pesquisas amostrais. Alguns ministérios, secretarias estaduais e, em menor escala, alguns municípios, igualmente têm órgãos encarregados da produção ou organização de seus dados administrativos.

A ausência de homogeneização metodológica, pareamento estatístico e interoperacionalidade entre os diferentes bancos de dados oficiais resulta em um país sem um sistema nacional de dados estratégicos, seguindo o comprometimento de parcela significativa e crescente do seu orçamento na gestão das informações repartidas tematicamente.

Legalmente constituído pela Lei n. 6.183, de 11 de dezembro de 1974, os **Sistemas Estatístico e Cartográfico Nacionais** apresentaram momentos bastante diferenciados quanto ao seu efetivo funcionamento, evidenciando fundamentais **lacunas com relação às dimensões de governança e de qualidade**, bem como experiências exitosas.

Foram promovidas com êxito as reuniões nacionais, com a participação de representantes dos Ministérios, dos Governos Estaduais, de entidades da administração pública indireta, de entidades privadas, produtores ou usuários de informações estatísticas e geográficas, com vistas à discussão de programas de trabalhos e assuntos técnicos. Foram realizados os **Encontros Nacionais de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais: Conferência Nacional de Estatísticas - CONFEST e Conferência de Geografia e Cartografia - CONFEGE**, nos anos de 1968, 1972, 1989, 1996 e 2006.

Em alguns países ao redor do mundo, a estrutura de coordenação do **Sistema Estatístico Nacional - SEN** inclui subcomitês temáticos, como econômicos, demográficos, territoriais e ambientais, que são as partes componentes responsáveis pela produção da informação oficial de um determinado domínio. No Brasil, já tivemos a experiência da implementação de um comitê do tema social, criado em 2007, inicialmente concebido para ser um fórum de avaliação e debate de demandas para as estatísticas sociais do País, instituindo a cooperação de órgãos produtores para aprimorar o uso e a qualidade de tais informações.

O **Comitê de Estatísticas Sociais - CES**, instituído pela Portaria Interministerial n. 424, de 06 de dezembro de 2007, foi composto com duas instâncias, uma gestora, responsável pelas definições estratégicas, e outra executiva, para efetivar as orientações estabelecidas. Foram convidados a integrar o Comitê representantes de diversos ministérios setoriais, que atuaram sobretudo na identificação de lacunas nas principais bases de dados nacionais e em esforços para padronização nas diversas fontes disponíveis. A atuação do Comitê teve destaque na organização das demandas por estatísticas oficiais e em ações para coordenar a produção, lideradas pelo IBGE.

O CES é considerado uma experiência exitosa para o SEN. Esse comitê foi concebido para ser um fórum de avaliação e discussão de demandas para compor o Sistema de Estatísticas Sociais do País. Integravam o CES o Ministério do Desenvolvimento Social, o Ministério da Educação, o Ministério da Saúde e o Ministério do Planejamento, além do IBGE e do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas - IPEA.

Posteriormente, considerando que a informação é uma base fundamental para o desenvolvimento social do país e que a coordenação e a cooperação dos órgãos produtores são indispensáveis para o fortalecimento e aprimoramento das informações estatísticas sociais oficiais, foram convidados o Ministério do Trabalho e o Ministério da Previdência Social, tendo em vista a relevância, no panorama das informações sociais produzidas no País, das bases de dados elaboradas e gerenciadas por aqueles dois Ministérios.

As diretrizes emanadas pelo Comitê Gestor do CES foram no sentido de que o plano de trabalho, do grupo executivo responsável pela concretização das orientações, contemplasse ações como: **inventariar a produção de estatísticas** sociais, identificando o estado de avanço, **as lacunas e as possibilidades de integração**; avaliar e implementar um projeto de metadados dos registros administrativos; organizar as demandas de suas áreas de representação para o Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares - SIPD, que estava em fase de planejamento pelo IBGE; e organizar e otimizar as demandas e propor ações que facilitem o acesso às bases de dados existentes nos órgãos participantes do Comitê e a sua integração.

As deliberações desse Comitê, em agosto de 2015, estavam alinhados com a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas - ONU para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS e a definição de indicadores, onde participaram cerca de 330 pessoas de 70 instituições, incluindo Ministérios, Secretarias do Governo Federal e agências das Nações Unidas no Brasil. Foi entendido que a articulação dos órgãos produtores de dados e informações, para responder às demandas futuras, perpassa o levantamento e documentação de todas as bases de dados que podem ser utilizadas para construção dos indicadores dos ODS.

Também foi debatida e deliberada a adoção de um **padrão comum para documentação dessas bases e geração dos respectivos metadados**. O IBGE então adotou o padrão *Data Documentation Initiative* - DDI de metadados, de uso internacional e que oferece várias vantagens. Uma vez que outros produtores possuam o mesmo padrão de metadados, é possível construir um repositório central de dados e metadados do SEN, gerando grande poten-

cial de intercâmbio entre as instituições e facilitando o acesso à informação por parte dos usuários. Subsequentemente, após adoção do padrão DDI, o próximo passo seria a utilização do padrão *Statistical Data and Metadata eXchange* - SDMX, um padrão previsto na Norma ISO 17369: 2013 que permitiria a interoperabilidade de dados e metadados entre organizações nacionais e internacionais de estatística.

Quanto à **governança do SEN**, que compreende essencialmente mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade, o assunto foi apreciado pelo Conselho Diretor do IBGE em 2018. Foi percebido à época a **necessidade de uma instância estratégica** (um Conselho Superior de Estatística e de Geografia), de caráter deliberativo, presidido pelo órgão coordenador do SEN e composto pelos principais órgãos públicos produtores de dados.

## O desafio informacional da Era Digital para a produção oficial

A produção eficiente e a ampla disseminação das estatísticas de uma nação são aspectos fundamentais para o fortalecimento da democracia e o exercício da cidadania. As transformações no mundo contemporâneo impulsionam demandas por novas informações, e com mais rapidez, trazidas pela própria sociedade com poder informacional intensificado. Nesse contexto, os Institutos Nacionais de Estatísticas - INEs carecem de ampliação de atuação, sobretudo voltada a articulações e parcerias, para oportunizar sua produção com informações de alta qualidade, acessíveis, atualizadas, confiáveis, abertas e interoperáveis.

A era da informação digital e a multiplicação de dados impõem, portanto, novos desafios à coordenação da produção de informações oficiais, em um ecossistema emergente de múltiplos atores e partes interessadas que vem exigindo o reposicionamento dos INEs de diversos países ao redor do mundo. Em 2022, a Comissão de Estatística das Nações Unidas reconheceu a necessidade de reforçar as capacida-

des digitais, tecnológicas e de inovação dos Sistemas Estatísticos Nacionais - SENs, para responder às necessidades de um sistema de dados em evolução.

Outro fenômeno inexorável perpassa aquilo que se convencionou chamar de *Big Data*, que corresponde a grandes massas de dados sobre determinado tema resultantes de registros de operações, negócios ou ocorrências diversas, muitas vezes geridas por organizações privadas. Este novo elemento representa ao mesmo tempo um desafio e uma oportunidade para a maturação dos sistemas de informações nacionais, permitindo, por um lado, o alcance de novas fronteiras de conhecimento e, por outro, exigindo uma atuação mais concreta para realização de parcerias para obtenção desses dados e para seu devido processamento e compatibilização técnica.

As novas tecnologias podem, portanto, tornar as estatísticas e geoinformações oficiais mais relevantes, granulares e oportunas; contudo, são necessárias melhorias no seu processo de produção, que envolve a sincronização e sinergia entre os diversos produtores. Nota-se que, frente ao cenário global atual, a governança do sistema de informações oficiais torna-se cada vez mais relevante, sobretudo no sentido de modernizar a gestão dos dados, de forma a garantir uma abordagem consistente e integrada em todas as partes constituintes do sistema.

Em adição aos aspectos narrados, nas últimas décadas o mundo testemunhou significativas transformações no modo de se produzir, disseminar e utilizar a informação, decorrente da revolução digital, que emergiu como um fenômeno abrangente que alterou profundamente a sociedade contemporânea. Trata-se de um processo que incorpora a rápida evolução e disseminação da tecnologia da informação e comunicação, sendo a *internet* e os dispositivos digitais os principais catalisadores dessa revolução, levando o mundo à Era Digital.

Não só se alteraram profundamente as tecnologias, mas, sobretudo, a própria sociedade. Usuários exigem informações cada vez mais complexas, sobre temas e fenômenos emergentes. Multiplicam-se demandas por informação para tomada de decisão nas esferas pública e privada, em diversos níveis analíticos, com detalhamentos, escalas e tempestividade não antes imaginados. Ao mesmo tempo,

novos atores, em especial grupos minorizados, desejam ver-se retratados pelas informações oficiais, afirmando suas identidades e fortalecendo seu poder de reconhecimento e reivindicações dentro do contexto democrático.

Assim, os institutos oficiais de estatística e geografia deparam-se hoje com um conjunto de desafios e mudanças que lhes impõem realizar ajustes de ordem operacional, técnica, organizacional e, sobretudo, relacional e estratégica. Essa inflexão é atribuída, por um lado, ao **advento de novas tecnologias** – que transformam continuamente o modo de produção, disseminação e utilização de informações – e, por outro, à **multiplicação de demandas por parte dos usuários**, que requerem informações cada vez mais complexas.

Nesse contexto, os INEs enfrentam o desafio e a oportunidade de se colocarem como atores-chave no **ecossistema de dados**, dado sua experiência em práticas de gerenciamento, acesso e compartilhamento de dados, assim como de produção de estatísticas e indicadores, o que lhes provê a base para desempenhar a função de *data steward*. Esse papel de liderança vem sendo observado de distintas maneiras nos países ao redor do mundo, variando de acordo com o contexto nacional, as estruturas legais, a digitalização, a cooperação no setor público e o reconhecimento de uma organização central para exercer esse papel.

A organização de um sistema de informações oficiais requer considerar, portanto, o contexto administrativo, político e jurídico do país, assim como as necessidades de usuários e usuárias, de forma coordenada entre as partes componentes. É adequado, portanto, que a abordagem de governança do sistema esteja delineada de acordo com tais fatores, seja através de mecanismos formais e/ou informais, estabelecidos via fóruns multilaterais para questões transversais e/ou relações bilaterais consistentes que auxiliem na avaliação de agendas e prioridades nacionais.

O objetivo dessa complexa coordenação é permitir que as partes atuem em um sistema coerente, e é particularmente mais complexa em sistemas estatísticos descentralizados, como é o caso do brasileiro, onde podem ser necessários mecanismos adicionais de controle, como normas e padrões compartilhados. Essa coordenação pode ser constituída, em estrita co-

laboração, através de códigos e orientações, como por exemplo terminologias, classificações, metodologias, portais de dados comuns, política de comunicação e intercâmbio de dados entre os produtores oficiais.

O estabelecimento de um renovado sistema de informações oficiais carece de premissas baseadas: em uma realidade de **produção na Era Digital**, na qual emergem fontes de dados não-tradicionais; na necessidade de criação de **mecanismos de articulação coordenada entre os produtores**, incluindo seus aspectos legais; na **incorporação de atores do entorno**, demandantes às políticas públicas; e no debate amplo e estruturado entre os diversos produtores de dados para **a responsabilização da produção e a sua priorização**. Estas sendo pautadas no estabelecimento de arranjos institucionais sustentados e coordenados, no avanço da harmonização e integração de estatísticas e na organização de diálogo com usuários e produtores.

Em ecossistemas de dados, vários participantes interagem para produzir, trocar e, eventualmente, explorar dados. Por isso, emerge, em uma perspectiva interorganizacional, a premência de uma nova governança voltada ao estabelecimento de um ambiente colaborativo, no qual os intervenientes interagem frente a uma proposta de valor compartilhada e se beneficiam da integração através da utilização de recursos coletivos. A complexa administração desse ecossistema de dados, portanto, carece de uma reflexão sobre o novo papel das organizações responsáveis pelas estatísticas oficiais.

Por isso, o IBGE vem promovendo diálogos diversos, sejam bilaterais, transversais ou ampliados, de forma a promover a sensibilização e disseminação do tema no País, segundo as recomendações das Nações Unidas, e a engajar os múltiplos atores do ecossistema de dados que se conforma na atualidade. Neste sentido, o IBGE reafirma o mérito de princípios, métodos e padrões, baseados em um acúmulo de nove décadas de aprendizado institucional e nacional na produção das estatísticas e geoinformações oficiais de alta qualidade, bem como em recomendações internacionais, que considerem as distintas dimensões do conhecimento humano sobre a nação, sua população e território.

## A função do IBGE no ecossistema de dados do Brasil

O IBGE, historicamente, concentrou-se na importante tarefa de ser o grande produtor de informações da nação, desde a década de 1930, com a transição da antiga sociedade agrária para a urbana industrial. Hoje, entretanto, a posição do Brasil na Divisão Internacional do Trabalho, o avanço da transformação digital e a modelização dos negócios centrados em dados impactam diretamente a economia e a sociedade brasileiras, impulsionando uma nova dinâmica regional, como a desmetropolização e a interiorização do desenvolvimento do País.

Em plena terceira década do século XXI, **grande parte da legislação sobre estatística vigente no Brasil remonta aos anos de 1960 e 70 do século passado**. As principais leis e decretos que regem o IBGE e o Sistema Estatístico Nacional - SEN foram editadas em 1967, 1968, 1973 e 1974. De 1974 para cá, o aspecto da qualidade evoluiu sobremaneira, notadamente a partir de 1994, com a adoção dos Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais pela Comissão Estatística da ONU. Em 2014, esses princípios foram endossados pela Assembleia Geral da ONU, ressaltando que, para serem eficazes, os valores que regem o trabalho estatístico devem ser garantidos por estruturas legais e institucionais e ser respeitados em todos os níveis políticos e por todas as partes interessadas nos SENs.

A fragmentação atual da produção de dados e informações no País compromete o planejamento e a coordenação governamental. Na Era Digital, **o Estado Brasileiro precisa dispor de uma estrutura que permita a reorganização, integração, harmonização e pareamento dos diferentes bancos de dados na Administração Pública Federal**. E o IBGE tem o potencial de fazê-lo, por intermédio do SINGED, capaz de responder também às necessidades da cooperação internacional, sobretudo, no âmbito do Sul Global.

Ao Brasil, por isso, deve prevalecer a perspectiva moderna da **construção democrática, transparente e participativa do SINGED**, que como potência pressupõe a centralidade do IBGE nacional, conforme, aliás, a concepção original definida entre

1936 e 1964, quando o IBGE foi o coordenador dos dados oficiais na nação, sendo o Anuário Estatístico a fonte de integração das informações possíveis para uma nação analógica até então.

Nesse sentido, o soberano SINGED pretende alavancar no País a integração de diferentes atores e fontes de dados. Para tanto, na consolidação de um ecossistema de dados, a sua porção oficial deve ser referendada em normas e qualidade internacional, seguindo as boas práticas das Nações Unidas, permitindo eliminar a duplicação de esforços, definir métodos e padrões, melhorar a qualidade e certificar os dados, entre outros, a ser efetivado de maneira coletiva com todos os produtores de dados oficiais, sob coordenação técnica do IBGE, de forma centralizada.

Um sistema integrado de estatísticas e geoinformações traz **benefícios diretos à sociedade** pela redução drástica da carga de informações solicitadas aos respondentes e pelo aproveitamento do conhecimento aplicado pelas diversas organizações públicas e privadas, que se materializa em dados, registros administrativos e tecnologias. No Brasil, vários órgãos públicos e entidades governamentais e privadas coletam dados da população e usuários, que em vários casos são redundantes, havendo aí a clara oportunidade de maior eficiência nas operações estatísticas com a consequente **redução de custos**, beneficiando as organizações produtoras de dados e a sociedade como um todo.

Um dos principais movimentos nesse sentido envolve o uso intensivo de registros administrativos na produção estatística e de geoinformações, em substituição parcial ou integral à coleta direta de dados. Este uso não só representa um significativo ganho de economicidade ao processo, como também abre uma janela de oportunidades para novos tipos de análises e para o enriquecimento temático da produção de informações. Há países em que a qualidade dos registros públicos, garantido o respectivo acesso por parte dos INEs, ensejou uma revolução sem precedentes na forma de produzir e divulgar dados, permitindo, por exemplo, a otimização de grandes operações estatísticas, como o Censo Demográfico.

Outra vantagem associada diz respeito à **redução da carga de preenchimento de formulários e questionários imposta sobre os informantes** – cidadãos e empresas –, em que a sociedade se beneficia como um todo. Além de permitir ganhos de produtividade, decorrentes da redução da carga de resposta desses informantes ao Estado, projeta-se uma imagem positiva aos governos, que com tais ações sinalizarão avanços na racionalização da gestão e do uso de recursos, por meio da gestão integrada do sistema de informações públicas.

Igualmente desafiadora para os INEs, coloca-se o fato de que os entrevistados, sejam eles pessoas físicas, empresas ou organizações, seguem cada vez **menos disponíveis para fornecer informações**, e estão crescentemente preocupados com o sigilo de seus dados, amparados pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD. Coloca-se como um imperativo promover a redução da carga de perguntas a estes informantes (como forma de desburocratizar suas obrigações para com o Estado) e, para tal, com base em uma visão holística acerca de todas as informações e registros existentes do País, faz-se necessário racionalizar questionários, pesquisas e levantamentos, de modo a evitar redundâncias e solicitações excessivas.

O alcance dos potenciais benefícios nesse novo cenário tecnológico e informacional para o conjunto da população brasileira requer a garantia da soberania nacional e a proteção do interesse público dos dados estatísticos e geoespaciais para o pleno exercício da cidadania. Isto passa pela regulação dos dados para fins estatísticos e geocientíficos como bens públicos e pela integração de diferentes atores (produtores e usuários), de modo que atuem coordenadamente em um sistema nacional soberano orientado por valores democráticos.

À luz desse cenário, além das questões históricas do IBGE e das transformações da Era Digital, anteriormente apresentadas neste documento, pode-se vislumbrar a configuração de uma realidade segundo a qual as estatísticas e as geoinformações convencionais estarão cada vez mais premidas a acompanhar as mudanças tecnológicas e institucionais em seu entorno. E que este esforço de adaptação será a única alternativa viável caso os produtores

tradicionais de dados queiram sobreviver ao estado “caótico” de multiplicidade informacional que se apresenta, tendo que ressignificar seus produtos, seus modos de fazer e, em última instância, sua relação com o mundo exterior.

Assim sendo, embora, por lei, o IBGE seja o responsável pela coordenação do Sistema Estatístico Nacional - SEN e do Sistema Cartográfico Nacional - SCN, diante desse novo cenário, entende-se que é premente uma revisão dessa legislação, de modo a regulamentá-la em conjunto com as diversas partes interessadas. Isso passa também pela elaboração de uma **Política Nacional de Geoinformações, Estatísticas e Dados**, que promova a construção conjunta de diretrizes à coordenação da produção de informações oficiais e seus princípios norteadores.

## Caminhos estratégicos para o SINGED em 2025

O SINGED é um **conjunto cooperativo e coordenado de produtores e/ou sistematizadoras de dados e informações de caráter público**, as quais servem aos cidadãos e ao Estado no conhecimento da situação social, demográfica, econômica, territorial e ambiental do Brasil e ao exercício da democracia.

O SINGED é um conjunto integrado sob três dimensões fundamentais: (i) a **dimensão político-normativa**, que diz respeito às normas e aos acordos e parcerias que regulam as articulações institucionais, a governança, os recursos e as atividades necessárias ao funcionamento do Sistema; (ii) a **dimensão conceitual-metodológica**, a qual estabelece as definições, métodos, classificações adotadas e os padrões das bases de dados que permitem a compreensão das informações e a sua comparação; e (iii) a **dimensão tecnológica**, cujo objetivo é reunir os recursos tecnológicos necessários à interoperabilidade dos dados. Essas políticas e acordos institucionais, conceitos, padrões e procedimentos e tecnologias objetivam facilitar a geração, o tratamento, o armazenamento, a disseminação e o uso das informações.

Os dados e as informações que constituem o SINGED, organizadas e homologadas a partir de conceitos e metodologias padronizados, conforme

as dimensões acima arroladas, resultam de censos, pesquisas, registros administrativos ou levantamentos geocientíficos, produzidos ou compilados por instituições públicas e suas delegadas dos diferentes poderes e esferas administrativas e outras de interesse nacional.

As estatísticas e geoinformações oficiais **seguem um conjunto de princípios fundamentais** que garantem a qualidade, a integridade e a imparcialidade dos dados sob a responsabilidade das instituições componentes do SINGED, honrando o direito dos cidadãos à informação pública.

Por determinação constitucional, prevista no inciso XV, do art. 21 da Constituição Federal, é de responsabilidade da União **organizar, manter e legislar sobre os serviços de estatísticas e de informações geocientíficas oficiais**, normatização que autoriza a instituição do SINGED. À essa determinação da Constituição Federal se somam diversos dispositivos legais sob os quais o sistema se organiza.

As estatísticas e geoinformações oficiais desempenham um papel decisivo e em constante crescimento na sociedade contemporânea, por isso, elas precisam ser oportunas, comparáveis e confiáveis. A configuração de um emergente ecossistema de dados no Brasil requer, portanto, o estabelecimento de normas e padrões compartilhados entre os produtores, além de uma configuração institucional sustentável para a governança de um sistema de informações oficiais. Por sua vez, a **governança de dados** abrange funções ligadas às discussões estratégicas, ao aconselhamento e orientação, além do fornecimento de métodos e ferramentas para os atores envolvidos no sistema.

A partir destas constatações, o IBGE vem aprofundando reflexões internas, através do **Projeto Diálogos IBGE 90 Anos**, que estabelece debates propositivos para idealizar e internalizar de forma abrangente uma discussão da renovação das diretrizes do SEN. Para isso, foram elencados caminhos estratégicos que apontem reflexões e ações necessárias para o amadurecimento tanto do INE quanto do SEN no Brasil. A visão de futuro do Diálogos é um sistema integrado de informações oficiais estatísticas e geoespaciais e de forma a colaborar para o desenvolvimento social, econômico e ambiental do País.

Baseando-se nas premissas do referencial **United Nations Integrated Geospatial Information Framework - UN-IGIF**, como um mecanismo para desenvolver e fortalecer a gestão da informação nos países, foram então estruturados nove caminhos estratégicos para discussão, no âmbito do Projeto Diálogos IBGE 90 Anos, seguindo o quadro multidimensional do referencial (Figura 1).

A partir deles, foram concebidos grupos de trabalho internos que propuseram uma visão de futuro para cada um dos temas em destaque: governança, política, financeiro, dados, inovação, padrões, parcerias, capacitação e comunicação.

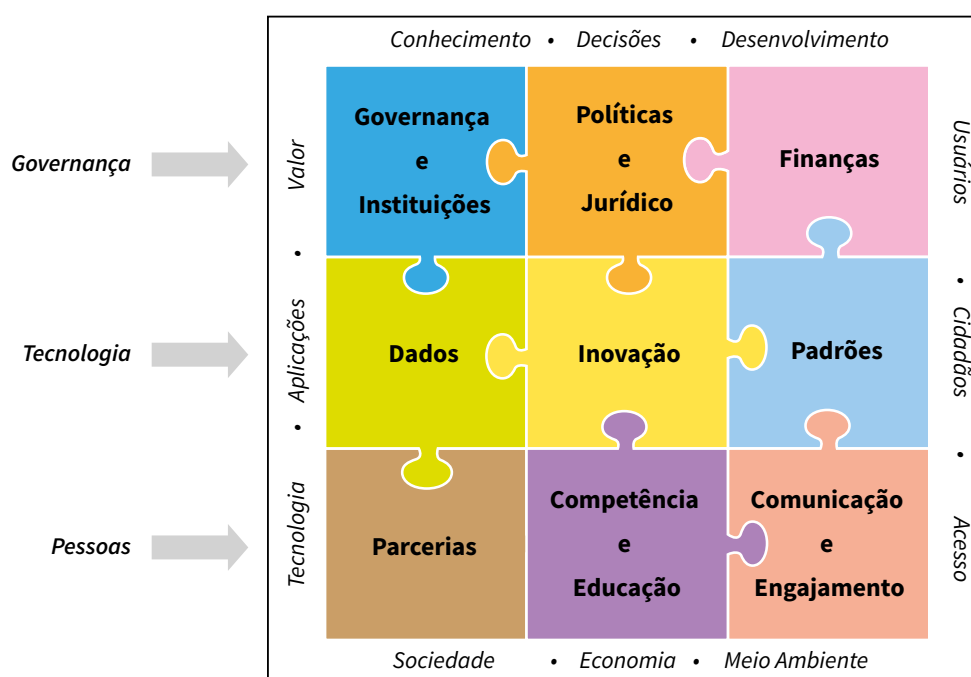
Este quadro fornece uma **orientação estratégica para a preparação e a implementação de um plano de ação específico** para o País, trazendo benefícios como a melhoria dos serviços prestados aos cidadãos, o reforço à tomada de decisão baseada em dados e evidências e medidas práticas para a transformação digital, permitindo a colaboração, coordenação e coesão entre os múltiplos atores do Sistema, de forma a ultrapassar os obstáculos para a disponibilização e integração de dados, demonstrando liderança e “sem deixar ninguém para trás”.

A gestão da informação estatística e geocientífica no país perpassa os nove caminhos estratégicos, em um quebra-cabeças articulado e que precisa ser considerado em conjunto. Dentre as linhas de reflexão do Projeto Diálogos, destacam-se, aqui, as partes componentes do eixo de governança: o planejamento estratégico da produção de informações oficiais, a articulação e colaboração dos agentes parceiros, normas e padrões compartilhados entre produtores, a participação ativa dos usuários nessa construção, e o engajamento dos diversos atores no processo.

A partir dessa concepção, em 2024, a **Conferência Nacional dos Agentes Produtores e Usuários de Dados** reuniu diversos atores e partes interessadas nas informações estatísticas e geocientíficas, a fim de pensar diretrizes para o SINGED.

Para 2025, em mais uma etapa do Projeto Diálogos IBGE 90 Anos, será buscada a construção de uma **Estratégia Nacional para as Estatísticas e Geoinformações Oficiais** do Brasil, como instrumento de planejamento, orientação e coordenação das atividades de produção de informações estatísticas e geocientíficas, passando pela retomada da elaboração do **Plano Geral de Informações**

**Figura 1 - Os nove caminhos estratégicos da gestão da informação, segundo IGIF (2023).**





**Estatísticas e Geográficas - PGIEG**, previsto na Lei n. 5.878, de 11 de maio de 1973.

A Estratégia Nacional é fundamental para implementar projetos de grande impacto estatístico; promover um enfoque diferencial e interseccional; alinhar a produção estatística e de geoinformações com as necessidades da sociedade; contribuir para o fechamento de lacunas e para a visibilização de desigualdades e inequidades; consolidar a cultura de dados; e fortalecer a confiança no uso das estatísticas e geoinformações oficiais. É considerada também uma **ferramenta central para a estruturação de um modelo de governança do SINGED**, permitindo o fortalecimento do processo mediante

a articulação de diferentes entidades e atores em sua construção.

Para sua reflexão, e futura implementação, considera-se elementar o **estabelecimento de uma estrutura e equipe dedicadas a tal consecução**, seja através de comissão interna ou unidade organizacional no IBGE, em primeiro lugar. Em complexos ecossistemas de dados, o **fortalecimento de parcerias** é um fator-chave para o engajamento das diversas partes componentes. O estabelecimento de redes, capital social e de relacionamento de uma organização, deve ser proposital e proativo, para que o empreendimento tenha sucesso a médio e longo prazos.

# Ações planejadas



O IBGE tem buscado inovar e modernizar seus processos de trabalho para alcançar a sua visão de futuro, qual seja **“Consolidar a posição do IBGE como referência nacional e internacional na produção e disseminação de informações estatísticas e geoespaciais públicas, relevantes, tempestivas e de fácil acesso”**. Para tanto, elaborou diversas iniciativas que constam em seu Plano Estratégico vigente, o **Plano Estratégico do IBGE 2022-2025**. E, desde então, a estratégia institucional vem sendo reavaliada, tendo dois marcos principais.

O primeiro deles, externo ao Instituto e ligado ao planejamento governamental, foi a elaboração do **Plano Plurianual - PPA 2024-2027** do governo federal, construído com ampla participação e que resultou na elaboração de 88 programas, sendo que o IBGE é responsável por um objetivo específico **“Retratar a realidade do país com informações estatísticas e geoespaciais relevantes, tempestivas e de fácil acesso”** dentro do Programa “2224 - Planejamento e Orçamento para o Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo”.

Ademais, no PPA 2024-2027, o IBGE é responsável por quatro entregas: (i) Resultados do Censo Demográfico 2022 divulgados de forma acessível; (ii) Informações estatísticas e geoespaciais divulgadas com recortes por temas transversais; (iii) Resultados do 12º Censo Agropecuário divulgados de forma acessível; e (iv) Resultados do estudo experimental para revisão metodológica da Contagem da População.

Cabe mencionar que o IBGE também acompanha a construção da **Estratégia Brasil 2050**, cujos procedimentos de elaboração estão previstos na Portaria GM/MPO n. 244, de 07 de agosto de 2024, com previsão de conclusão até 31 de julho de 2025, que se constituirá como a Estratégia Nacional de Longo Prazo do País, influenciando a estratégia institucional.

O segundo, interno à instituição, se deu com a realização do **Projeto Diálogos IBGE 90 Anos**, que se constituiu como um processo de participação e diálogo transversal entre a nova direção do Instituto e o corpo de servidores e servidoras ativos, incluindo aqueles do regime de trabalho temporário, aposentados do IBGE, e sindicalistas. A primeira fase do projeto, denominada **Diálogos Horizontais**, se iniciou com a criação de 12 grupos temáticos para discussão de temas de interesse institucional, no último trimestre de 2023. As reflexões dos grupos foram sintetizadas e apresentadas no **1º Encontro Diálogos IBGE 90 anos**, com destaque para as **12 diretrizes estratégicas** formuladas, cujo objetivo é nortear a atuação do Instituto até 2026, quando o IBGE completa 90 anos.

Também cabe mencionar, nesse contexto, a publicação, pela Presidência do IBGE, em janeiro de 2024, de **dez ações orientadoras para o ano de 2024**, com destaque para a proposta de constituição do **Sistema Nacional de Geociências, Estatísticas e Dados - SINGED**, o qual passou a ser o foco da 2ª fase do Projeto Diálogos IBGE 90 Anos. Para tanto, foi utilizado o referencial *United Nations Integrated Geospatial Information Framework - UN-IGIF*, já referido, que apresenta nove caminhos estratégicos para o desenvolvimento, integração e fortalecimento da gestão de informações geoespaciais. No IBGE, tal referencial foi adaptado para o SINGED e, assim, foram constituídos grupos de trabalho ligados aos caminhos estratégicos previstos.

Ao final dos trabalhos dos grupos, foram produzidos **relatórios finais** com propostas para a constituição do SINGED, que foram levadas a debate no **2º Encontro Diálogos IBGE 90 Anos**, realizado nos dias 27 e 28 de maio de 2024. E, na sequência, nos dias 28 de julho a 02 de agosto de 2024, foi realizada a **Conferência Nacional dos Agentes Produtores e Usuários de Dados: Soberania Nacional em Geociências, Estatística e Dados: riscos e oportunidades para o Brasil na Era Digital**, com o objetivo de debater a constituição do SINGED.

Como resultado dessa reavaliação da estratégia institucional, o IBGE está conduzindo a **revisão e atualização de seu Plano Estratégico Institucional**. Uma das premissas para a referida revisão é a inclu-

são, na dimensão tática do plano, de uma carteira de iniciativas estratégicas que reunirá os projetos e as iniciativas com entregas organizadas em planos de trabalho anuais, monitorados trimestralmente. E, nesse sentido, foi elaborado o presente **Plano de Trabalho do IBGE 2025: construindo o SINGED**, que veicula um conjunto de ações que visam preparar o IBGE para tais desafios, como principal provedor de dados e informações sobre a realidade do País e para implementar e coordenar o SINGED.

Na sequência, encontram-se as ações planejadas, pelo IBGE, para o cumprimento de seus objetivos organizacionais no ano de 2025. As ações estão divididas de acordo com as linhas de negócio definidas na **Cadeia de Valor do IBGE**.

## Governança

### Relações Institucionais

Em plena era da transformação digital, as demandas por novas informações, e com mais rapidez, são trazidas pela própria sociedade com poder informacional intensificado, impulsionando inúmeras entidades públicas e privadas na produção de informações. Esses resultados são alcançados mediante conhecimentos e tecnologias aplicadas, que cada vez mais se aprimora, tornando mais célere o fluxo e acesso às informações.

Assim, apresenta-se a oportunidade para inovar na produção de informações estatísticas e geocientíficas. Embora possa se originar de um conhecimento genuíno, a intensidade, a quantidade e a celeridade de novos produtos e serviços oferecidos decorrem da estratégia de combinação de conhecimentos já produzidos, embarcados nas tecnologias e artefatos existentes, como são os registros administrativos armazenados nos silos das instituições governamentais e privadas. A utilização do conhecimento já posto em prática traz benefícios diretos ao usuário, como a rapidez no atendimento às novas demandas, a racionalização da cadeia produtiva com desoneração do contribuinte, em decorrência de otimização no uso de recursos materiais e financeiros, bem como menor demanda de informações ao informante.

A materialização dessa estratégia tem, como “fio condutor”, as relações institucionais, em especial o estabelecimento de parcerias, nas várias modalidades desde a aquisição/intercâmbio de conhecimentos e tecnologias, como aquelas voltadas para o aproveitamento dos registros administrativos. Dispondo-se de múltiplas bases de dados já existentes, abre-se as possibilidades da entrega de novas pesquisas à sociedade, mediante metodologias e normas internacionais de estatísticas e geocientíficas, trazendo benefícios a todos: para o governo, para as entidades parceiras e, em especial, para o usuário e ao cidadão.

Portanto, ao longo de 2025, **serão intensificadas as ações de prospecção e articulação de novas parcerias institucionais**, de forma a potencializar a capacidade para inovações e novas entregas à sociedade. Essa intensificação deverá ocorrer mediante a identificação e aplicação de boas práticas (conhecimentos) relacionadas à atividade de relações institucionais governamentais, materializadas em diretrizes e políticas.

## As Superintendências Estaduais e as Agências

O IBGE dispõe de Superintendências Estaduais - SES em cada Estado e no Distrito Federal e de mais de 550 Agências instaladas em 506 municípios. Essa estrutura permite que **a instituição seja representada regionalmente** com significativa capilaridade, ampliando e fortalecendo o relacionamento e o alcance de suas entregas para a sociedade.

As SES e as Agências, além de serem encarregadas pela operação da coleta de dados das pesquisas e bases territoriais, exercem atividades de representação regional, articulação institucional e disseminação das informações, buscando sempre intensificar e fortalecer a interação com os atores locais, tanto públicos quanto privados, de forma capilarizada, divulgando os produtos do IBGE e buscando criar redes de apoio e parcerias que melhorem o cumprimento de sua missão institucional. Em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Direção do IBGE, atuam sempre para reforçar e estabelecer práticas e inovações que visem aumentar a eficiência e a eficácia de suas ações, não apenas para a realização das

pesquisas, mas, sobretudo, para atender e interagir diretamente com a sociedade em nível regional.

Para os cidadãos, para as empresas e para outras instituições privadas, a atuação do IBGE em nível regional contribui efetivamente para que compreendam melhor a realidade ao seu redor e participem de forma mais ativa e informada das decisões que afetam suas vidas, seus negócios e suas demais operações, sejam elas de cunho social ou privado. Para os gestores públicos, as informações levantadas e disseminadas localmente são essenciais para a tomada de decisões baseadas em evidências, podendo formular e acompanhar políticas públicas com dados atualizados e produzidos com rigorosos critérios técnicos e metodológicos, garantindo que as ações governamentais atendam às reais necessidades da população.

De forma prática, as SES e as Agências do IBGE, no limite de suas competências, devem, continuamente, fortalecer as relações do IBGE com os governos estaduais e municipais, com os poderes legislativo e judiciário, com a sociedade civil em geral, estando sempre prontas para prestar atendimento de qualidade aos cidadãos. Em adição àquelas feitas via mídia e redes sociais, concorrem para divulgar as pesquisas e produtos do IBGE em nível regional com oficinas, palestras, reuniões e outros eventos que promovam o conhecimento da realidade local.

## Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS

Os ODS são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade. São 17 objetivos que vão desde acabar com a fome até promover sociedades pacíficas e inclusivas e cada um deles possui metas detalhadas a serem alcançadas nos próximos 15 anos. O alcance dessas metas é acompanhado por indicadores.

O IBGE contribui para o ODS mediante a produção de indicadores sociais e coordenação de entidades parceiras, que também produzem tais indicadores. Consulte os resultados via plataforma ODSBrasil, pelo link: <https://odsbrasil.gov.br>.

## Integridade Pública

Alinhado ao empenho do Governo Federal em promover a integridade pública, o IBGE está organizado com o conjunto de arranjos institucionais que visam a fazer com que a Administração Pública não se desvie de seu objetivo principal: entregar os resultados esperados pela população de forma adequada, imparcial e eficiente.

O Plano de Integridade do IBGE 2023-2025 pode ser consultado no endereço: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102070.pdf>.

Neste tema, está disponível ao cidadão o canal de comunicação: <https://www.ibge.gov.br/acesso-informacao/participacao-social/ouvidoria.html>.

## Relações Internacionais

Para exercer sua missão institucional, o IBGE precisa estabelecer o relacionamento com instituições internacionais, através dos mais diversos instrumentos de cooperação, com o objetivo de promover a sua inserção global.

A cooperação internacional prestada pelo IBGE é realizada, predominantemente, na modalidade de **cooperação Sul-Sul**. Seu foco recai sobre América Latina e África, cumprindo-se, deste modo, a diretriz da política externa brasileira de prestar auxílio a países em desenvolvimento. Nesse sentido, o IBGE recebe e promove, com frequência, visitas técnicas de e para outros órgãos estatísticos estrangeiros. O IBGE presta apoio técnico aos institutos de estatística de países principalmente de América Latina, África e Ásia. Cabe ressaltar que toda cooperação estabelecida pelo Brasil na modalidade Sul-Sul está sob coordenação da Agência Brasileira de Cooperação - ABC.

Em relação à cooperação em Censos, o Censo Demográfico 2022 tornou-se o principal alvo de interesse para cooperação, tanto de apoio metodológico quanto de material para coleta. Entretanto, cabe ressaltar que parte dessa cooperação em Censos surge a partir de demandas dos INEs. Ao IBGE, cabe avaliar sua capacidade de atendimento e proceder com as atividades de cooperação.

Para 2025, espera-se dar continuidade ao atendimento das demandas solicitadas, na medida

em que elas forem encaminhadas. A possibilidade de compartilhamento do atendimento de demanda com os Centros de Referência em Censo para a Coleta Eletrônica de dados na África deverá ser incentivada.

Quanto à representação em fóruns internacionais, o IBGE incentiva a participação de seus servidores nos principais fóruns internacionais ligados à estatística e às geociências. Esses órgãos pautam as recomendações sobre os diversos temas ligados àquelas atividades, com destaque para a Comissão de Estatísticas das Nações Unidas (United Nations Statistical Commission - UNSC). Além disso, o IBGE também participa das discussões específicas em organizações dedicadas a temas específicos, como a Organização Internacional do Trabalho - OIT e o Fundo para a Agricultura da ONU - FAO.

Podem ser destacadas, ainda, outras instituições internacionais em que o IBGE se faz representar, como a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP; o fórum dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul, Irã, Arábia Saudita, Egito, Etiópia, Emirados Árabes Unidos e Indonésia), o MERCOSUL, por meio da Reunião Especializada de Estatísticas - REES; a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - OCDE; a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL, por meio da Conferência Estatística das Américas - CEA; o Comitê de Especialistas em Gestão Global de Informações Geoespaciais - UN-GGIM; o Grupo de Peritos das Nações Unidas em Nomes Geográficos - UNGEGN; e a Comissão dos Estatísticos Europeus - CES. Para 2025, está prevista a participação do IBGE nos fóruns abaixo relacionados.

(i) **UNSC** - Órgão da Divisão de Estatísticas da ONU - UNSD, conta com 24 países-membros, os quais elegem um presidente a cada dois anos. O IBGE vem participando ativamente não somente nas reuniões anuais da Comissão, como também através de visitas técnicas, avaliação de propostas metodológicas e reuniões temáticas promovidas pela UNSD. A Comissão de Estatística da ONU auxilia o Conselho Econômico e Social da ONU - ECOSOC e tem, entre outros objetivos, o intuito de promover o desenvolvimento das estatísticas nacionais e de melhorar a sua comparabilidade. Ademais, coordena o trabalho estatístico das agências especializadas e

aconselha os órgãos da ONU sobre questões gerais relacionadas com a coleta, análise e disseminação de informações estatísticas.

Além disso, a Comissão de Estatística da ONU coordena o processo de definição e implementação dos indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, cujos 17 objetivos desdobram-se em 169 metas e envolvem temas como a erradicação da pobreza extrema; o acesso à educação de qualidade; a redução da violência; a promoção da igualdade de gênero; a proteção dos ecossistemas marítimos e terrestres; a redução do aquecimento global; o estabelecimento de padrões de consumo sustentáveis; a geração de empregos decentes; e a ampliação do acesso ao saneamento básico e a fontes renováveis de energia. Os ODS norteiam a agenda da ONU até 2030.

Em 2025 ocorrerá a 56ª Sessão da Comissão Estatística das Nações Unidas e eventos paralelos, em Nova Iorque, no período de 04 a 07 de março.

(ii) **BRICS** - Com os demais institutos nacionais de estatística dos países-membros dos BRICS, o IBGE promove troca de informações e produz uma publicação anual conjunta (*Joint Statistical Publication*), desde 2010, com dados de todos os países participantes.

Em 2025 o Brasil assumirá a Presidência Pro Tempore do BRICS e, portanto, será responsabilizada do IBGE a produção da JSP e também coordenar os trabalhos e reuniões do Bloco, havendo 3 encontros já definidos:

- Reunião técnica para tratar da JSP, dias 17 e 18 de fevereiro, *online*.
- Encontro dos chefes dos INEs durante a UNSC, de 04 a 07 de março em Nova Iorque.
- Encontro dos chefes dos INEs em Brasília, dias 10 e 11 de junho.

O IBGE é responsável pelo processo de compilação das informações estatísticas nacionais.

(iii) **REES/MERCOSUL** - No âmbito da Reunião Especializada de Estatística (REES), devem ser destacadas as comissões para discussão entre os países-membros e que se ocupam de temas específicos. São elas: inventário de informações estatísticas; comércio exterior de serviços; classificações e no-

menclaturas; estatísticas emprego e renda, uso de registros administrativos e difusão.

Normalmente são realizadas duas reuniões anuais (uma em cada semestre). As de 2025 – XXVIII, a ser realizada na Argentina, e XXIX – a ser realizada no Brasil, que assumirá a Presidência Pro Rata Tempore, ainda terão suas datas definidas.

(iv) **CEA/CEPAL** - A Conferência tem como principal função contribuir para o progresso das políticas e atividades de estatística nos países da região e promover a cooperação internacional, regional e bilateral entre os institutos nacionais de estatística e os organismos internacionais e regionais. Sua organização consiste no Comitê Executivo, atualmente presidido pela República Dominicana, que se reúne no primeiro semestre de cada ano.

Em 2025 serão realizadas as reuniões do Comitê Executivo (1º semestre) e da CEA (2º semestre).

(v) **COP-30** – Auxiliar, no que for de competência da GRI, a participação do IBGE na Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a ser realizada em novembro de 2025 na cidade de Belém, no estado do Pará.

No âmbito da cooperação internacional, o IBGE tem dois convênios: com o UNFPA - Fundo de População das Nações Unidas e com o PNUD - Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento. Ambos são executados segundo os parâmetros da cooperação internacional junto à Agência Brasileira de Cooperação - ABC, do Ministério das Relações Exteriores - MRE.

## Gabinete da Presidência

Sob a orientação do Presidente, o Gabinete acompanha e assegura que as ações planejadas pelas áreas, no início de cada exercício, sejam efetivamente implementadas.

Com o objetivo de assegurar a execução plena do Plano de Trabalho do IBGE, o Gabinete está empenhado em **restabelecer o Conselho Técnico** do Instituto – órgão colegiado de direção superior previsto no art. 5º, inciso I, alínea “a”, do Estatuto aprovado pelo Decreto n. 11.177, de 18 de agosto de 2022. Espera-se que suas atividades sejam retomadas ainda no primeiro semestre de 2025.

Cabe ao Conselho Técnico monitorar as atividades técnicas do IBGE, avaliando sua adequação aos objetivos institucionais e, quando necessário, recomendar providências. Além disso, atua como órgão consultivo para questões técnicas no âmbito de competência da instituição. Contudo, esse Conselho encontra-se inativo desde 2004.

Ainda em 2025, reforçando o compromisso do IBGE com a sociedade, os diversos Conselhos, Comitês e Comissões que apoiam o Instituto seguirão operantes durante todo o período. Esses colegiados incluem representantes internos e externos, entre os quais:

- i. **Conselho de Orientação do 12º Censo Agropecuário, Florestal e Aquícola:** que reúne representantes de órgãos estaduais, entidades de classe e diversos segmentos da sociedade. Seu propósito é promover um trabalho colaborativo com órgãos governamentais e a sociedade para o planejamento e acompanhamento da operação censitária;
- ii. **A Comissão Consultiva do 12º Censo Agropecuário, Florestal e Aquícola do IBGE,** composta por especialistas institucionais e acadêmicos nas áreas de agropecuária, florestas e aquicultura, com o objetivo de aprimorar métodos e técnicas da operação censitária e consolidar práticas de cooperação com órgãos governamentais e a comunidade acadêmica; e

- iii. **A Comissão Consultiva das Estatísticas Demográficas,** que presta assessoramento técnico ao IBGE. Suas atividades incluem avaliar e opinar sobre os procedimentos metodológicos para projeções e estimativas populacionais em diferentes níveis regionais, bem como sobre indicadores demográficos associados a variáveis e condicionantes relevantes.

Além disso, será mantida a recém-criada **Comissão Temática de Relações Sociais de Gênero e Sexualidade**, composta por servidores do IBGE. A comissão é voltada ao estudo, coleta e disseminação de informações sobre relações de gênero e sexualidade, com o objetivo de integrar essas temáticas às operações estatísticas e geocientíficas do Instituto.

Também será mantido o **Comitê Técnico do 12º Censo Agropecuário - CTCA**, composto por servidores do IBGE, com a atribuição de avaliar o conteúdo dos questionários, conceitos, metodologia de pesquisa, planos tabulares e procedimentos para análise e validação dos resultados da operação censitária, bem como propor protocolos, procedimentos e estratégias operacionais para a elaboração de projetos técnicos e apresentar estudos e levantamentos inerentes ao tema.

Por fim, quanto ao apoio parlamentar, o IBGE continuará, em 2025, a monitorar ativamente o trâmite de matérias de interesse do Instituto no Congresso Nacional, garantindo o atendimento ágil e eficiente às demandas parlamentares.



## Governança de TIC

O Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação - CTIC, responsável pela construção do PDTI do IBGE, vem trabalhando em novas frentes de trabalho, tanto para o aumento de maturidade na gestão de TIC, quanto para o investimento e esforços relativos à **Política de Segurança da Informação e Comunicações do IBGE - Posic**, levando em consideração a gestão de riscos em TIC e a busca de métricas consideradas relevantes pelos órgãos fiscalizadores. O PDTI contém uma relação dos respectivos pedidos de investimentos classificados, pelo CTIC, como aderentes aos objetivos estratégicos do Plano

Estratégico do IBGE 2022-2025 e coerentes com as políticas do IBGE nessa área, visando, assim, à padronização e à economia de recursos.

Em 2023, foi publicada a nova **Estratégia Geral de Tecnologia de Informação e Comunicação do IBGE - EGTI**, para o biênio 2023-2024, documento que apresenta projetos e oportunidades de desenvolvimento na área, levando-se em consideração os objetivos estratégicos do Plano Estratégico do IBGE 2022-2025. Cabe salientar que tanto o EGTI quanto o PDTI trouxeram considerações impostas pelo **avanço do teletrabalho** no Instituto.

# Produção de Informações Estatísticas e Geocientíficas



## **Projetos Estratégicos**

### **Cadastro Nacional de Endereços Para Fins Estatísticos - CNEFE**

Fundamental insumo para realização de pesquisas domiciliares, o CNEFE é gerido pela Gerência de Cadastro de Endereços - GCE. Também acompanha, junto às Superintendências Estaduais - SES, os trabalhos de atualização contínua do cadastro e as ações para sua divulgação.

### **Censo Demográfico 2030**

Uma operação censitária inicia-se bem antes da execução da coleta dos dados. As boas práticas adotadas em diversos institutos nacionais de estatísticas oficiais difundem a importância de atividades de prospecção e testes no período intercensitário.

### **Censo Demográfico 2022**

Em suas atividades finais, o Censo Demográfico 2022 abrange atividades de avaliação, análise e divulgação. A CGOC atua diretamente no processo de avaliação de documentação interna sobre lições aprendidas e na gestão orçamentária para as ações de análise dos dados e divulgações de resultados, inclusive dos produtos do CNEFE.

## 12º Censo Agropecuário

Vem aí o 12º Censo Agropecuário!

A gestão operacional do Censo é de responsabilidade da CGOC e envolve atividades desde o planejamento, acompanhamento da execução e avaliação das ferramentas e procedimentos operacionais.

As atividades de gestão operacional do 12º Censo Agropecuário foram iniciadas em 2022 e seguirão até 2027. Com a realização de sua coleta em 2026, seguem as atividades planejadas para 2025:

- Gestão do Cronograma Geral.
- Ajustes na estimativa orçamentária segundo a LOA25.
- Preparação e gestão do Banco de Informações Operacionais de Setores Censitários - BIOS.
- Gestão operacional e acompanhamento de testes e censo experimental.
- Elaboração de orientações operacionais para SES e pessoal contratado.
- Realização de Reuniões Censitárias com a sociedade para planejamento e acompanhamento do Censo.
- Promoção de parcerias com órgãos e entidades para otimizar e facilitar a operacionalização do Censo.

## 1º Censo de População em Situação de Rua

Com um objeto de investigação inédito para o IBGE, em 2023 iniciou-se o planejamento do 1º Censo de População em Situação de Rua - PSR. A metodologia proposta para essa pesquisa impõe desafios operacionais novos, em relação à vasta experiência na realização de censos demográficos.

O projeto operacional iniciado pela CGOC em 2024 e tem como base o pré-projeto técnico elaborado pela Diretoria de Pesquisas - DPE.

Com as atividades de gestão operacional iniciadas em 2023 e com a coleta de dados prevista para 2027, seguem as atividades já realizadas e as planejadas para 2025.

### 2023

- Acompanhamento do 1º teste, realizado no município de Niterói/RJ.

### 2024

- Exercício orçamentário preliminar com as diretorias.
- Envio do orçamento para PLOA 2025.
- Início da elaboração do Projeto Operacional.

### 2025

- Realização e gestão operacional de testes.
- Ajuste no orçamento de acordo com a LOA 2025.
- Reuniões técnicas para cronograma e estruturação censitária.
- Planejamento de atividades 2026/2027.

## Construção do novo Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas - PGIEG – CONFEST e CONFEGE

Para subsidiar a realização das próximas Conferência Nacional de Estatística - CONFEST e da Conferência Nacional de Geografia e Cartografia - CONFEGE, está prevista a atualização do PGIEG. A última atualização do Plano Geral do IBGE consta numa proposta de 1992. Diante da necessidade de construção do SINGED, estão previstas a atualização do PGIEG e a realização das duas conferências.

## Pesquisa de Orçamento Familiar - POF

A Pesquisa de Orçamento Familiar é fundamental não apenas para atualização de informações sobre o consumo dos domicílios brasileiros como também para atualizar as estruturas de ponderações, necessárias a produção do Índice de Preços ao Consumidor.

## Contagem Populacional

O IBGE adota uma política de revisão de dados divulgados desta operação estatística especificamente a contagem populacional que faz a revisão dos dados do

Censo. Em conformidade com sua política de atualização dos dados está prevista para 2025 a realização de um estudo experimental para a revisão metodológica da Contagem da População, com o objetivo de avaliar estratégias de atualização dos contingentes populacionais dos municípios no período intercensitário.

## Diretoria de Pesquisas - DPE

A Produção de Informações Estatísticas é uma das razões centrais da existência do IBGE. Os processos de trabalho desta área do IBGE objetivam a produção e disseminação de dados primários e indicadores para o conhecimento da realidade socioeconômica e demográfica do país.

A Diretoria de Pesquisas é a unidade responsável pelo planejamento, supervisão e análises dos resultados dos levantamentos estatísticos produzidos pelo IBGE. O seu papel institucional também é atuar tecnicamente junto a outras instituições nacionais produtoras e usuárias de informações estatísticas com vistas aos padrões, a harmonização conceitual e metodológica e as boas práticas na produção e uso dos dados no âmbito do sistema estatístico nacional.

A relação com entidades da sociedade civil e órgãos públicos das esferas estaduais e municipais está também dentre as atividades de competência da área de estatísticas com vistas à compreensão das necessidades gerais e disseminação da cultura estatística.

Quantos somos? Onde estamos? Como vivemos? Qual o desempenho de nossas empresas e instituições? Ao buscar responder essas e muitas outras questões do cotidiano, a produção estatística realizada pelo IBGE sob a coordenação da Diretoria de

Pesquisas, possibilita uma leitura crítica da realidade social e econômica do país e de suas diversas subdivisões, exibindo os avanços que a sociedade brasileira têm obtido, bem como as mazelas e desigualdades que persistem sobre a nossa população, sendo, portanto, um instrumento fundamental aos diversos segmentos da sociedade e aos poderes públicos, em todas as suas esferas administrativas.

Os dados primários e indicadores econômicos, sociais e demográficos que serão divulgados expressam as relações dos indivíduos e suas famílias; a produção, tecnologias, custos e receitas e atuação em geral das entidades privadas, as políticas e ações da administração pública, bem como as relações federativas. Portanto, são resultados que retratam com rigor técnico e acurácia o dia a dia da população brasileira, das empresas e das instituições públicas, essenciais ao exercício da cidadania, ao fortalecimento da nossa democracia, ao desenvolvimento dos diversos setores econômicos e ao bem-estar social.

O IBGE fará 191 entregas à sociedade brasileira de publicações de dados estatísticos em produtos que serão metas institucionais, sendo 26 estruturais e 165 conjunturais referentes aos diversos setores sociais.

As entregas contidas no plano de trabalho 2025 são produtos resultantes do Censo Demográfico 2022, das pesquisas por amostra de domicílios, das pesquisas estruturais e conjunturais feitas junto às empresas, órgãos públicos e entidades sem fins lucrativos e da compilação de registros administrativos acessados pelo IBGE, que compõem, o plano regular de produção de estatísticas oficiais do país, de responsabilidade do Instituto (Quadro 1).

Quadro 1 - Plano de divulgações de estatísticas 2025 – Metas institucionais

Grande Área	Produtos	Entregas	Principais áreas temáticas
Infraestrutura Estatística	Estatísticas do Cadastro Central de Empresas 2023	1	Receitas das empresas, postos de trabalho nas empresas
Pesquisas por amostras de domicílios	PNAD Contínua mensal	12	Taxas de ocupação e desocupação
	PNAD Contínua trimestral	4	Taxas de ocupação e desocupação e rendimento por Estados e metrópoles
	PNAD Contínua anual 2024	5	Rendimento domiciliar <i>per capita</i> , Rendimento de todas as fontes, Coeficiente de Desequilíbrio Regional - CDR, Educação, Características gerais dos domicílios
Pesquisas econômicas estruturais e conjunturais por empresas	Pesquisa Anual de Serviços - PAS 2023	1	Variáveis econômico-financeiras das empresas prestadoras de serviços não financeiros no Brasil
	Pesquisa Anual da Indústria da Construção - PAIC 2023	1	Variáveis econômico-financeiras das empresas brasileiras da indústria da construção
	Pesquisa Industrial Anual - PIA empresa 2023	1	Variáveis econômico-financeiras das empresas industriais brasileira
	Pesquisa Industrial Anual - PIA produto 2023	1	Produção e venda de produtos industriais das empresas industriais brasileiras.
	Pesquisa Anual de Comércio - PAC 2023	1	Variáveis econômico-financeiras das empresas comerciais brasileiras
	Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física - Brasil	12	Índice e taxa de variação das quantidades de bens e serviços industriais produzidos
	Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física - Regional	12	Índice e taxa de variação das quantidades de bens e serviços industriais produzidos
	Pesquisa Mensal de Serviços	12	Índice e taxa de variação da receita nominal e volume de serviços
Pesquisas Agropecuárias	Pesquisa Mensal de Comércio	12	Índice e taxa de variação da receita nominal e volume de vendas no comércio
	Levantamento Sistemático da Produção Agrícola	12	Previsão de safras agrícolas dos principais produtos, revisada mensalmente
	Prognósticos da safra	3	Estimativas da safra agrícola
	Abate	4	Quantidade de animais abatidos e o peso total das carcaças, por espécie pesquisada
	Leite	4	Quantidade de leite cru processado pela indústria
	POG	4	Quantidade de ovos de galinha produzidos em granjas especializadas

Grande Área	Produtos	Entregas	Principais áreas temáticas
Pesquisas Agropecuárias	Couro	4	Quantidade de couro cru bovino curtido por curtume
	Estoques	2	Volume e a distribuição espacial dos estoques de produtos agrícolas armazenáveis básicos e sobre as unidades
	Produção da Pecuária Municipal - PPM 2024	1	Quantidade e valor da produção de origem animal e efetivos das principais espécies por município
	Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura - PEVS 2024	1	Quantidade e valor da produção de florestas plantadas e nativas por município
	Produção Agrícola Municipal - PAM 2024	1	Quantidade, área colhida, rendimento médio e valor da produção agrícola por município
Pesquisas sociais por instituições e registros administrativos	Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2024	1	Investiga atividades e costumes importantes para o conhecimento da saúde dos jovens
	Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2024	1	Informações sobre as instituições públicas municipais
	Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2024	1	Informações sobre as instituições públicas estaduais
	Pesquisa de Informações Básicas Municipais - Suplemento de segurança alimentar 2024	1	Política de segurança alimentar
	Pesquisa de Informações Básicas Estaduais - Suplemento de segurança alimentar 2024	1	Política de segurança alimentar
Preços	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA	12	Inflação de produtos e serviços do varejo, referentes ao consumo das famílias
	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 - IPCA-15	12	Inflação de produtos e serviços do varejo, em área de abrangência menor
	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial - IPCA-E	4	Acumulado trimestral do IPCA-15
	Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI	12	Custos e índices para o setor habitacional
	Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC	12	Inflação da cesta de consumo da população com baixo rendimento

Grande Área	Produtos	Entregas	Principais áreas temáticas
Preços	Índice de Preços ao Produtor - Indústrias Extrativas e de Transformação - IPP	12	Inflação na porta de fábrica - antes de o produto chegar ao consumidor final
Sínteses e estudos especiais	Estimativas de População 2025	1	Total da população dos municípios
	Síntese de Indicadores Sociais 2025	1	Indicadores de trabalho, educação e outros sob a perspectiva das desigualdades sociais
	Sistema de Informações e Indicadores Culturais 2013-2024	1	Informações relacionadas ao setor cultural
	Sistema de Contas Nacionais Brasil 2023	1	Produto Interno Bruto - PIB
	Sistema de Contas Nacionais Trimestrais	4	Valores correntes e os índices de volume para o PIB a preços de mercado
	Sistema de Contas Regionais 2023	1	Produto Interno Bruto - PIB de cada Unidade da Federação, pelas óticas da produção e da renda
	Produto Interno Bruto dos Municípios Brasil 2022-2023	1	Agropecuária, indústria, serviços, impostos, PIB e PIB <i>per capita</i> , por município
	Tábuas completas de mortalidade 2024	1	Expectativa de vida anual da população brasileira

Os produtos estatísticos contidos no Quadro 2, embora o IBGE envide todos os seus esforços para a sua divulgação em 2025, estão condicionados à viabilidade em termos de recursos financeiros, humanos e técnico-metodológicos, podendo a sua disseminação ser realizada dentro do prazo do plano plurianual vigente.



**Quadro 2 - Plano de divulgações de estatísticas 2025 – Projetos e Estudos Especiais e Estatísticas Experimentais**

Grande Área	Produtos	Entregas	Principais áreas temáticas
Infraestrutura Estatística	Fundações e Associações Privadas sem Fins Lucrativos 2023	1	Assistência social
Censos	Censo Demográfico 2022	17	Educação, favelas e comunidades urbanas, rendimentos, características do entorno dos domicílios e outros
Pesquisas por Amostras de Domicílios	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2024	4	Características de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC, Turismo, Segurança alimentar, características adicionais do Mercado de Trabalho
Pesquisas sociais por instituições e registros administrativos	Estatísticas do Registro Civil 2023/2024	2	Informações sobre nascimentos, casamentos, divórcios, óbitos e óbitos fetais
	Sub-registro de nascimentos e óbitos 2023	1	Informações sobre nascimentos e óbitos
Sínteses e estudos especiais	Projeções da População - Metodologia detalhada da Revisão 2024	1	População do Brasil e dos Estados
	População e Indicadores Sociais	1	Desigualdades Sociais por Cor ou Raça
	População e Indicadores Sociais: Reflexões sobre a Agenda 2030	1	Dez anos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (2015-2025)
	Panorama Nacional e Internacional da Produção de Indicadores Sociais	1	Estatísticas de saúde
	Indicadores de Pesquisas Econômicas	1	Estatísticas econômicas: Indicadores do Brasil 2025
	Estatísticas de Finanças Públicas e Conta Intermediária de Governo: Brasil 2024	1	Dados financeiros dos governos central, estaduais e municipais e seus fundos de previdência
Inovações e estatísticas experimentais	Suplementos PNAD Contínua	1	Trabalho por Meio de Plataformas Digitais - 2024
	Suplementos PNAD Contínua	1	Trabalho de Crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade - 2024
	Pesquisa de Inovação 2023: Indicadores temáticos	2	Investigação para construção de indicadores sobre as atividades de inovação e pesquisa e desenvolvimento empreendidas pelas empresas.
	Estudo Complementar à Aplicação da Técnica de Captura-Recaptura	1	Estimativas desagregadas dos totais de nascidos vivos e óbitos 2023

As estatísticas produzidas pelo IBGE estão no dia a dia da população brasileira, informam sobre inflação nos preços dos alimentos, do transporte, dos aluguéis, dos itens de saúde e outros. A informação sobre a inflação é um parâmetro fundamental da política monetária do país. As entregas do IBGE na área econômica se referem também à evolução do Produto Interno Bruto - PIB, às contas intermediárias do governo, às projeções da safra agrícola, à produção da indústria, ao desempenho dos setores de comércio e dos serviços, aos postos de trabalho formais, às inovações tecnológicas das empresas, entre outros.

Já na área sociodemográfica, as estatísticas dizem respeito aos registros de nascimentos, ao perfil dos casamentos, às estimativas de pessoas ocupadas, ao trabalho infantil, às características educacionais, às condições habitacionais e acesso aos serviços públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta do lixo. Também informam sobre os rendimentos do trabalho, a proporção de brasileiros que vivem na pobreza, as desigualdades sociais por cor ou raça, a esperança de vida ao nascer e o total da população de cada município.

As estatísticas sobre as políticas públicas municipais e estaduais e a estrutura das prefeituras e dos governos estaduais também constarão de nosso plano de trabalho 2025.

São informações que além propiciar um diagnóstico atualizado de diversas dimensões sociais, também são referências para a distribuição de recursos dos fundos de participação dos Estados e o dos Municípios (FPE, FPM), do financiamento do desenvolvimento regional (FNO, FNE, FCO) e outras verbas importantes ao equilíbrio das relações federativas.

O plano de trabalho anual na área de estatísticas é ainda mais abrangente e abarca mais do que a divulgação de resultados. Contém atividades técnicas como: realização de eventos, preparação dos cadastros, definição de questionários, elaboração de notas técnicas e relatórios, atendimento à imprensa, treinamentos e supervisão das pesquisas, acompanhamento dos projetos de estatísticas experimentais e a participação dos técnicos da Diretoria de Pesquisas nas reuniões técnicas com outras instituições nacionais (INEP, FIOCRUZ, FUNAI, DATASUS, Banco Central, IPEA, Secretarias dos Ministérios e

entidades da sociedade civil, etc.) para a discussão dos resultados e inovações metodológicas, assim como com os organismos internacionais parceiros (UNICEF, CELADE, OIT, FAO, UNFPA, etc.) e outras que visam à modernização dos processos atuais para as entregas futuras.

Neste aspecto, destaquem-se os testes para a execução do 12º Censo agropecuário, o início da **implantação da nova amostra mestra** que terá resultados para as metrópoles e outras divisões regionais, os **estudos para a implementação da Pesquisa Nacional de Saúde - PNS, com coleta de material biológico em subamostra**, a reformulação dos questionários de Cuidado de Pessoas, Afazeres Domésticos e Trabalho Voluntário da PNAD Contínua, o **uso de *machine learning* para previsão das estimativas de produtos estocados da pesquisa de estoque**, a **inserção do módulo teste sobre Uso do Tempo na POF 2024-2025**, a **ampliação da amostra da Região Norte nas pesquisas estruturais**, a homologação dos desenvolvimentos evolutivos realizados nos módulos do sistema da pesquisa Índice de Preços ao Produtor e da Pesquisa Industrial Mensal, os estudos exploratórios com amostra de notas fiscais e a **revisão do ano base das contas nacionais**.

## Diretoria de Geociências - DGC

A produção de estudos geográficos, cartográficos e geodésicos, estando ela integrada à estatística, é necessária para a fundamentação de diversas políticas públicas e para dar conhecimento à realidade social, econômica e ambiental do país. Essa atribuição cumprida pelo IBGE constitui um enorme desafio, considerando um país diverso culturalmente e de dimensões continentais.

Assim, em 2025 é planejada uma série de pesquisas prospectivas e atividades dando continuidade ao trabalho da Instituição no campo das Geociências, com as seguintes ações a realizar.

Construir Base Cartográfica vetorial sobre dado geoespacial Edificações de Saúde Pública, aprimorando procedimentos para o uso de registros administrativos.

Atualizar a Base Cartográfica Contínua do Brasil na escala 1:250.000 (BC250), para planeja-

mento, manutenção e implementação de políticas públicas, e para a produção de mapas temáticos e atlas do IBGE.

Dar continuidade, em conjunto com as Gerências de Geodésia e Cartografia das SESs na BA, CE, DF, GO, PA e SC, à produção da Base Cartográfica Contínua do Estado de Minas Gerais na escala 1:100.000 (BC100\_MG), para planejamento, manutenção e implementação de políticas públicas estaduais.

Fazer a compatibilização e validação de Nomes Geográficos das categorias hidrografia, relevo, limites e localidades das bases cartográficas vetoriais contínuas do IBGE, em diferentes escalas de representação.

Ampliar as estações RBMC (Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS) nas concentrações urbanas de maior relevância e compatibilizar os dados com as novas constelações observáveis, para aumentar a abrangência e qualidade dos dados produzidos pela RBMC.

Realizar o nivelamento científico das estações maregráficas do Sistema Geodésico Brasileiro - SGB, realizar teste de Van de Casteele, realizar controle vertical dos sensores das estações maregráficas, bem como realizar a vinculação dos diferentes referenciais verticais terrestres e marítimos.

Adequação geoespacial dos setores censitários contemplando a atualização das linhas divisórias (Fronteiras, Divisas Estaduais e Limites Municipais) considerando a descentralização de atividades com todas as 27 Seções de Bases Territoriais - SBTs para efeito nas Estimativas Populacionais, Pesquisas Domiciliares e Censos. Tendo como resultantes a atualização: da Malha Municipal Digital; Mapas Municipais; Planilhas de Áreas Territoriais, Alterações Toponímicas e Municípios Limítrofes, além da atualização da classificação da Situação Urbana e Rural e das Tipologias das Estruturas Territoriais.

Preparo dos dados dos resultados do Censo 2022 e alimentação desses na Plataforma Geográfica Interativa, através da produção de geosserviços OGC, com a finalidade de facilitar o uso e ampliar o alcance da disseminação dos resultados por meio de mapas interativos, possibilitando a visualização dos indicadores estatísticos em diferentes recortes geográficos.

Atualizar o mapa de Biomas Brasileiros na escala de 1:250.000, visando melhorar os limites estabelecidos de cada bioma, utilizando informações integradas dos mapeamentos sistemáticos realizados pelo IBGE (vegetação, geomorfologia, pedologia, geologia e clima).

Identificação, mapeamento e caracterização dos Domínios e Regiões Naturais Terrestres Brasileiros, isto é, as geo e fitodiversidades internas dos biomas brasileiros, utilizando os temas de recursos naturais produzidos pelo IBGE: geologia, geomorfologia, pedologia, vegetação e clima.

Coleções biológicas são conjuntos de amostras ou organismos inteiros, devidamente preparados e armazenados para estudo técnico e científico, associados a um banco de dados com informações relativas à sua identificação taxonômica, procedência, ambiente, data de registro, entre outras. As coleções biológicas mantidas pelo IBGE contribuem com o esforço de sistematização de dados sobre o meio ambiente e os recursos naturais do Brasil, apoiando pesquisas ambientais.

No âmbito da expansão e aprimoramento das Contas Econômicas Ambientais de Ecossistemas, avaliar tendências na contribuição do serviço de polinização por animais na produção agrícola e extrativista de produtos vegetais nos municípios no Brasil, buscando compilar e divulgar um conjunto de informações que poderão orientar novos estudos e apontar prioridades para o detalhamento das informações para futuras estimativas de valor econômico desse serviço.

Desenvolver e aplicar metodologia para mapeamento de Cobertura e uso do solo utilizando métodos computacionais para classificação e segmentação das diversas classes.

Prover as áreas de risco com estatísticas demográficas do Censo 2022 para subsidiar análises e cálculo dos índices de vulnerabilidade pelo Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais - CEMADEN.

Realizar articulação com instituições que produzem dados para o levantamento de estatísticas e indicadores ambientais e de mudanças climáticas.

Elaborar nova edição do Atlas Nacional do Brasil Milton Santos em comemoração ao Centenário do Geógrafo Milton Santos e aos 90 anos do IBGE. O Atlas está previsto para ser traduzido para outros idiomas.

Divulgar as características urbanísticas do entorno dos domicílios coletadas no período de reconhecimento do setor censitário, etapa prévia à coleta domiciliar do Censo 2022.

Buscar conhecer quais são os centros de gestão do território, ou seja, os municípios responsáveis pelo papel de comando na rede urbana brasileira, tanto do ponto de vista da gestão privada quanto de gestão pública.

Realizar o mapeamento de regiões geográficas que se formaram e continuam a se formar no processo de ocupação e construção do território brasileiro e que, por sua força e permanência no imaginário nacional, compõem a trama de grandes obras de nossa literatura. Trata-se de produto que identifica regiões geográficas brasileiras e os romances que as retratam.

Selecionar, editar e divulgar em meio digital textos acadêmicos/científicos do campo de estudos geográficos, cartográficos, ambientais e socioespaciais de maneira geral, produzidos por estudantes de pós-graduação e pesquisadores de universidades e centros de pesquisa nacionais e internacionais.

## Coordenação-Geral de Operações Censitárias - CGOC

A Coordenação-Geral de Operações Censitárias - CGOC, vinculada à Presidência do IBGE, é responsável pelo planejamento operacional e orçamentário dos projetos censitários, por atividades permanentes relacionadas ao Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos - CNEFE e pela gestão de dados destinados à ação das Superintendências Estaduais e Agências do IBGE, por meio do Banco de Dados Operacionais - BDO.

Seguem reunidas as macroatividades planejadas para 2025, segundo o projeto censitário.

### Atividades planejadas

- Gestão do CNEFE (atualização, acompanhamento de metas e indicadores);
- Preparação de insumos para pesquisas domiciliares: PNAD Contínua e POF;

- Preparação de insumos para os testes do 12º Censo Agropecuário;
- Desenvolvimento de serviços *web* de consulta ao CNEFE;
- Preparação da nova edição da publicação “Padrão de Registro de Endereços do IBGE”; e
- Remodelagem do treinamento do CNEFE em módulos.

### Produtos desenvolvidos

- Cadastro completo de endereços do Censo Demográfico 2022;
- Serviços *web* de consulta ao CNEFE;
- Nova edição do padrão de registro de endereços do IBGE; e
- Treinamento do Padrão de Registro de Endereços do IBGE para usuário externo.

## Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI

O papel do Centro de Documentação e Disseminação de Informações na cadeia de Produção de Informações Estatísticas e Geocientíficas é preparar os produtos para sua divulgação para a sociedade, de modo que eles sejam utilizados tanto pelos cidadãos quanto pelos governantes, gerando conhecimento e promovendo a cidadania. Para atender essas demandas, os produtos estatísticos e geocientíficos passam por diferentes áreas do CDDI e da Coordenação de Comunicação Social - CCS e sofrem ações diversas até que, finalmente, atingem o final da sua cadeia e deixam o Instituto em direção à sociedade, fornecendo uma base para decisões informadas, transparência e engajamento cívico, contribuindo para uma sociedade mais justa e bem-informada.

Ainda que os produtos finalísticos do IBGE estejam concentrados principalmente na Diretoria de Pesquisas e na Diretoria de Geociências, alguns produtos são produzidos pelo Centro de Documentação e Disseminação de Informações. Podemos destacar para o ano de 2025, o lança-

mento da Grade Estatística e do Nomes no Brasil, ambos já produzidos com os dados do Censo 2010 e agora com atualização correspondente ao Censo 2022. Também destacamos um produto inovador relacionado aos censos demográficos, denominado Centros de População, que resgata dados dos censos históricos do Brasil e os apresenta de forma espacial e concentrada para o País. O

CDDI também traz em 2025 a atualização anual de duas publicações clássicas: o Brasil em Números e o Anuário Estatístico do Brasil. Na linha de publicações didáticas e com finalidades pedagógicas, lançaremos em 2025 a publicação “Grandes perguntas sobre o Brasil e o mundo que o IBGE responde” (título provisório) com informações de interesse para estudantes e educadores.

# **Ensino, Pesquisa e Extensão**



## **Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE**

Como parte do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, a Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE é dedicada ao desenvolvimento de atividades acadêmicas e de suas aplicações práticas. Fundada em março de 1953, a escola foi a primeira instituição de ensino no Brasil com atuação no campo da estatística, consolidando-se como um centro de excelência na formação de profissionais e pesquisadores altamente qualificados.

A ENCE oferece ensino superior de forma integrada à pesquisa acadêmica e à extensão, contribuindo para a geração e difusão de conhecimentos em estatísticas sociais, econômicas, demográficas e em geociências. Além das atividades de ensino e pesquisa, a escola é responsável por atividades de capacitação e treinamento de servidores do IBGE e de outros órgãos públicos.

Entre seus programas, destacam-se:

- Graduação: Bacharelado em Estatística (desde 1953).
- Pós-graduação *lato sensu*: Especialização em Análise Ambiental e Gestão do Território (desde 1997).
- Pós-graduação *stricto sensu*: Mestrado (desde 1998) e Doutorado (desde 2015) em População, Território e Estatísticas Públicas.
- Trilhas de aprendizagem: cursos síncronos ou autoinstrucionais (desde 2024).
- Capacitação e treinamento de servidores do IBGE.

## Objetivos

- Formar e capacitar profissionais nas áreas de estatística, população, território e outros campos de atividades de competência do IBGE.
- Promover a pesquisa nos campos do conhecimento relacionados com as áreas de seus programas de pós-graduação, incluindo temas emergentes como ciências de dados e *Big Data*.
- Atuar em prol de desenvolvimento profissional e da inovação do IBGE e atender às demandas do mercado de trabalho local, regional e nacional.
- Prestar serviços à comunidade, sob a forma de pesquisas, estudos, cursos e divulgação de conhecimentos e técnicas.
- Colaborar com organismos nacionais e internacionais especializados, tanto os de ensino quanto os de natureza técnico-profissional, objetivando elevar os padrões de ensino e de atendimento no setor.

## Visão do Futuro

- Aprimorar sua contribuição para o desenvolvimento do país pela formação de recursos humanos nos níveis de graduação e de pós-graduação, além de atuar como um importante centro de promoção de estudos e cursos voltados para a capacitação profissional de servidores da administração pública.
- Ampliar sua participação no cenário internacional como centro de promoção e avanço do conhecimento na produção, análise e interpretação de informações e estatísticas públicas, e no uso dessas para iluminar os caminhos da formulação de políticas públicas indutoras do desenvolvimento, da promoção do bem-estar social, e da redução das desigualdades.



## Metas

O *Plano de Trabalho 2025* estabeleceu 13 metas para a ENCE:

- Oferecer disciplinas nos cursos de graduação e pós-graduação e cursos de curta duração.
- Estruturar ações para ingresso e permanência dos alunos, ampliando as taxas de conclusão de curso.
- Estruturar plano de ação da mobilidade acadêmica.
- Fortalecer atividades de capacitação estratégicas para o IBGE e em treinamentos de pesquisa.
- Coordenar o planejamento pedagógico do Programa de Integração de Novos Servidores - PINS.
- Realizar atividades de extensão e estruturar diretrizes sobre suas diversas modalidades.
- Realizar pesquisas científicas, estimulando ações em áreas estratégicas ao IBGE e com diversificação de fontes de fomento à pesquisa.
- Acompanhar egressos.
- Reformular sistemas acadêmicos e *website* da ENCE.
- Aprimorar a comunicação e divulgação das atividades da ENCE.
- Gerir processos, acordos, contratos, aquisições e infraestrutura física e tecnológica.
- Consolidar trilhas de aprendizagem em temáticas estratégicas para o IBGE.
- Realizar o planejamento institucional da ENCE.

## Evolução institucional

No *Plano de Trabalho 2024 – Diálogos para o Futuro*, do IBGE, foram incorporadas sete ações relacionadas à ENCE:

- Adequação dos cursos de graduação, especialização e pós-graduação para o ingresso de alunos de ações afirmativas e oferta ampliada para o país.
- Fortalecimento da área de Capacitação em Pesquisas do IBGE.
- Criação e oferta de trilha formativa em Censo Demográfico e Planejamento Municipal.
- Criação de Trilhas de Aprendizagem em temáticas estratégicas para o IBGE.
- Produção de conhecimento atual e aprofundados sobre a realidade social, econômica e ambiental do Brasil.
- Inovação na produção de conhecimento em *Big Data*, Inteligência Artificial e Projeções Ocupacionais.
- Readequação do espaço físico da escola em dois *campi* (Cavalcanti e Canabarro).

# **Suporte corporativo**



## **Projetos Estratégicos**

### **Programa de Integração dos Novos Servidores**

Ainda no primeiro semestre de 2025, o IBGE vai receber os novos concursados que se candidataram e foram aprovados no Concurso Nacional Unificado 2023. Neste processo o IBGE abriu 895 vagas, e esses novos servidores serão alvo de formação na Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE e na Escola Nacional de Administração Pública - ENAP, do governo federal.

### **Revisão do Estatuto do IBGE**

Está prevista para 2025 a revisão do Estatuto e das Normativas da Instituição para avaliar as necessidades contemporâneas e buscar enquadramento e construção do SINGED.

### **Diretoria-Executiva - DE**

A Diretoria-Executiva planeja, coordena, orienta e exerce as atividades relativas à administração de recursos humanos, materiais, patrimoniais, orçamentários, financeiros e contábeis e assessora o Presidente do IBGE nos assuntos de governança, planejamento e gestão. Para 2025, as ações planejadas estão centradas em três frentes de atuação: a) o aprimoramento do planejamento institucional; b) a modernização administrativa; e c) a melhoria na qualidade do gasto público.

Em relação ao planejamento institucional, o IBGE continuará a empenhar esforços para integrar o seu planejamento (estratégico, tático e operacional) aos instrumentos e normativos a nível governamental e para avançar no monitoramento das ações previstas, o que permite o adequado acompanhamento das ações planejadas e o estabelecimento de ações para o alcance das metas e objetivos previstos. Entre as ações previstas, destacam-se a revisão e atualização do Plano Estratégico Institucional - PEI para o período de 2025-2027, a elaboração do Plano Diretor de Logística Sustentável - PLS e o planejamento administrativo para o Censo Agropecuário, Florestal e Aquícola, que será realizado em 2026.

Do mesmo modo, em 2025, a modernização administrativa será uma prioridade, buscando melhorias em procedimentos internos e a adoção de novas tecnologias que facilitem a gestão interna e elevem a qualidade dos serviços prestados à sociedade. Para uma melhor gestão de pessoas, destacam-se a implantação dos times volantes, a admissão e recepção de novos servidores efetivos e temporários, a realização de processos seletivos internos e a conclusão do Dimensionamento da Força de Trabalho - DFT. Em relação ao aprimoramento da gestão de recursos materiais, cabe destacar a criação de equipes regionais de licitação e contratação e a elaboração de estudo para definição da melhor forma de reposição da frota (aquisição ou locação). Para a gestão orçamentária, financeira e contábil, estão previstas ações de melhoria, com destaque para o desenvolvimento de estudo para mensurar os custos das atividades finalísticas do IBGE, bem como a implantação de nova funcionalidade para otimizar e automatizar a geração dos documentos de pagamento de notas fiscais (no sistema Contratos.gov.br) e a automação e centralização dos procedimentos para retenção de tributos (EFD-Reinf). Ainda, quanto à infraestrutura predial, estão previstas diversas contratações de obras e serviços de engenharia, para a reforma e manutenção dos complexos localizados no Rio de Janeiro. Em relação à estrutura organizacional, está prevista a continuação do projeto Rede Ótima de Agências, que objetiva estabelecer a localização, a tipologia e a jurisdição das Agências do IBGE, que formam a sua rede de coleta, sem a perda da qualidade de seus produtos finalísticos. Destacam-se,

por fim, a implantação de um modelo de governança em processos, para a identificação, priorização e mapeamento dos principais processos finalísticos do IBGE, e a implantação do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, para a tramitação eletrônica de documentos e uma melhor gestão documental.

Por último, comprometidos com a melhoria da qualidade do gasto público, o IBGE atuará para otimizar os recursos disponíveis, realizar uma gestão sustentável e buscar parcerias que potencializem seus resultados. Para a redução dos custos de infraestrutura, estão previstos dois estudos: um sobre os gastos com aluguéis, para identificar e priorizar a substituição de imóveis alugados por cedidos, e outro para identificar soluções para a redução de custos com energia elétrica, com a utilização de fontes de energia renovável. Ainda, está prevista a implementação da Coleta Seletiva Cidadã no IBGE, prática que visa a adequada destinação dos resíduos sólidos recicláveis produzidos pela instituição.

Com esse conjunto de ações, o IBGE reafirma seu compromisso com uma gestão interna eficiente, eficaz e sustentável, essencial para proporcionar o suporte corporativo necessário às áreas finalísticas da instituição.

## **Diretoria de Tecnologia da Informação - DTI**

### **Conformidade legal**

A Diretoria de Tecnologia da Informação é responsável pela gestão de tecnologia da informação e comunicação - TIC no IBGE. Esta gestão é realizada formalmente, no IBGE, desde 2010, por meio do seu Plano Diretor de Tecnologia de Informação e Comunicação - PDTI, documento atualizado regularmente e disponibilizado no portal do IBGE. A última edição é a do PDTI 2023-2024. A organização desse trabalho segue as determinações e melhores práticas do Órgão Central do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISPR do governo federal (atualmente, a Secretaria de Governo Digital do MGI), bem como da CGU, do TCU e do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República - GSI/PR.

## Principais atividades da DTI

- Planejar, organizar, coordenar, supervisionar e executar as atividades de governança digital, de processamento de dados e de informações, por meio do apoio, da promoção e do desenvolvimento da arquitetura, dos processos de informatização e dos sistemas do IBGE;
- Administrar e zelar pela infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação e pela preservação e garantia da segurança da informação e da proteção da base de dados do IBGE; e
- Promover a prospecção da ciência de dados e de novas tecnologias da informação e comunicação e dar suporte aos demais órgãos internos do IBGE em sua aplicação.

## Reforçar a Segurança da Informação

O compromisso legal do IBGE em manter a privacidade do informante e o sigilo das informações prestadas, previsto na Lei n. 5.534, de 14.11.1968, torna indispensável a implementação de controles rígidos de segurança da informação e comunicação, permitindo que possam ser desempenhadas as atividades que tratem os dados obtidos e as informações produzidas.

A Posic será revisada e atualizada em 2025 pelo Comitê de Segurança da Informação e Comunicações - CSI, na medida em que o estabelecimento de novos controles de segurança e proteção de dados e o amadurecimento dos já existentes, tornam-se cada vez mais relevantes nas atividades do IBGE. Esses controles se apoiam nos três pilares: processos, pessoas e tecnologia. De forma contínua, o IBGE atua nesses três pilares, revendo e atualizando seus normativos e processos, implementando ações de conscientização e capacitação de seus servidores e investindo em novas tecnologias.

- **o pilar de processos** diz respeito à normatização, permitindo a definição de processos, procedimentos, fluxos e responsabilidades, tais como: (i) **Plano de Gerenciamento e**

**Tratamento de Incidentes em Tecnologia da Informação e Comunicações;** (ii) o novo **Plano de Gestão de Riscos em Tecnologia da Informação e Comunicações;** e (iii) **Processo de Gestão de Mudanças;**

- **no pilar das pessoas** destacam-se as seguintes ações: (i) a oferta frequente do curso à distância de segurança da informação, disponível na escola virtual do IBGE para todos os servidores e novos funcionários; e (ii) a divulgação de matérias informativas sobre comportamento seguro no uso das tecnologias; e
- **no pilar de tecnologia** podem ser destacados como os principais investimentos realizados: (i) *firewall* de aplicação – equipamentos e *softwares* atualizados para proteção dos serviços e aplicações disponíveis na internet; (ii) *firewall* de rede – equipamentos para proteção dos dados e informações que circulam na rede do IBGE; e (iii) duplo fator de autenticação.
- Dentro da estrutura de governança de segurança da informação e comunicação, além do CSI, o IBGE criou a sua **Equipe de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos do IBGE - ETIR**. A ETIR tornou-se, portanto, responsável por planejar, coordenar, executar e registrar as atividades de tratamento e resposta a incidentes cibernéticos, sempre com o objetivo principal de preservar os dados e informações armazenadas na infraestrutura do IBGE, local ou em nuvem, garantindo a autenticidade, confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados.

Além das atividades relacionadas à segurança da informação, é também vital ao IBGE a proteção de seus dados. E, nesse contexto, a LGPD trouxe novas obrigações e responsabilidades, as quais estão sendo conduzidas pelo Comitê de Adequação à LGPD, liderado pelo Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais. O CSI e o Comitê de Sigilo atuam como instâncias de apoio à governança nessa temática. O IBGE se atualiza sobre o tema, sempre que possível, estando atento às ameaças internas e externas, assim como busca prevenir vazamentos de dados e informações, inclusive involuntários.

## **Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI**

Na linha da Comunicação Externa, o CDDI pretende desenvolver em 2025 uma revista institucional para estreitar a comunicação com a sociedade e com órgãos parceiros. Está prevista para novembro de 2025 uma nova edição do Seminário IBGE de Portas Abertas para a Escola, visando construir relacionamentos com escolas e educadores. Para fortalecer os relacionamentos já existentes, de março a maio de 2025 realizaremos o projeto Oficinas IBGEeduca: Levando dados do IBGE para a sala de aula. Com relação à área de comunicação, há a proposta de criar um plano de ações de comunicação regional, que deverá estar pronto até dezembro de 2025.

Na linha de ações referente ao relacionamento com os usuários há um projeto que consiste em oferecer oficinas de letramento informacional e estatístico, mais especificamente, treinamentos nas fontes de informação do IBGE para bibliotecários, alunos e pesquisadores. Essas oficinas deverão ocorrer em agosto de 2025.

Na linha de gestão de sistemas de dados e metadados, em 2025 o CDDI irá desenvolver o *site* para o 12º Censo Agropecuário.

Na linha de gestão de documentos, registros e arquivos, há a proposta de incluir o acervo fotográfico do IBGE na Brasileira Fotográfica, que é um espaço para dar visibilidade, fomentar o debate e a reflexão sobre os acervos deste gênero documental, abordando-os não apenas como fonte primária de pesquisa, mas também como patrimônio digital a ser preservado.

## **Relações Internacionais**

### **Projeto Centro de Referência em Coleta Eletrônica em África**

O Projeto Centro de Referência para Coleta Eletrônica de Dados é uma iniciativa conjunta da Agência Brasileira de Cooperação - ABC, do Fundo de População das Nações Unidas - FNUAP e dos institutos

de estatística oficial do Brasil (IBGE), de Cabo Verde (INECV) e do Senegal (ANSD).

Em realização desde 2016, o projeto visa promover o fortalecimento das ações que já têm sido implementadas no continente africano em relação ao uso de tecnologias de coleta eletrônica. Busca, também, a melhoria e a confiabilidade de dados estatísticos e geoespaciais necessários para o monitoramento da Agenda 2030 e das metas da Agenda 2063 da União Africana.

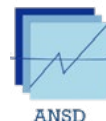
O Projeto tem como objetivo a difusão no continente africano da coleta eletrônica de dados implementada pelo IBGE no Censo Demográfico de 2010. Por meio de dois Centros de Referência, os Institutos Nacionais de Estatística de Cabo Verde e do Senegal, apoiados pelas experiências do IBGE em censo digital, será possível a esses países replicarem a metodologia de coleta eletrônica de dados para outros países africanos interessados.

O Projeto está dividido em duas fases. A primeira promoveu a capacitação do INECV e da ANSD, de modo a transformá-los em Centros de Referência.

Em 2023 foi iniciada a Fase II do projeto, com o planejamento, a definição do cronograma das atividades para o repasse dos Centros para outros Institutos africanos, o acompanhamento do IBGE e a atualização dos Centros de Referência. Para tanto, pretende-se realizar a execução da etapa de desenvolvimento de sustentabilidade do projeto, que prevê o aprimoramento das capacidades desses institutos através do compartilhamento de experiências na implementação de inovações metodológicas, tecnológicas e operacionais implementadas nos seus respectivos censos da rodada 2020.

Em 2024 o IBGE realizou o acompanhamento dos repasses realizados pelos institutos nacionais de estatística de Cabo Verde e do Senegal, bem como manteve sua participação nas reuniões dos Comitês Gestor e Técnico. Também foi realizado um seminário técnico em Cabo Verde entre os dias 29 de janeiro e 02 de fevereiro de 2024, na cidade de Praia, Cabo Verde, com a participação de servidores do IBGE.

A organização e coordenação da atividade ficarão a cargo do UNFPA e da ABC, gestores do Programa, ficando o IBGE, a ANSD e o INECV responsáveis pela preparação dos conteúdos a serem apresentados no seminário, bem como da realização das apresentações.



Para o ano de 2025 estão planejadas duas missões nas quais a CGOC irá acompanhar a atuação do INECV e do ANSD ao fortalecer o conhecimento de outros dois países africanos. Como caso específico de apoio, fomos solicitados pela Guiné-Bissau a ajudar na realização de seu Censo Demográfico 2025. O IBGE atenderá esta demanda, no que for possível, em conjunto com os INEs de Cabo Verde e Senegal.

Dentro da etapa de sustentabilidade do projeto está prevista a realização de eventos para disseminação do projeto internacionalmente e reuniões com os institutos de estatística da região, que corresponde à implementação do produto.

## Hub Regional da ONU para Big Data no Brasil

O IBGE, por meio do *Hub Regional da ONU para Big Data no Brasil*, promove e apoia o uso de *Big Data* na produção estatística na América Latina e no Caribe. O Hub é fruto de um memorando de entendimento celebrado com a Divisão de Estatística do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas - UNDESA/SD.

A Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE é a área do IBGE responsável pela coordenação do *Hub*, o qual tem sua estrutura organizacional dividida em dois grupos: técnico e consultivo.

O Grupo Técnico - GT é responsável pela proposta e execução do plano de trabalho, enquanto o Grupo Consultivo - GC discute questões estratégicas relacionadas às atividades do *Hub*, assim como apoia suas atividades de diversas formas, inclusive com o financiamento de atividades.

O GT é composto por servidores das diretorias do IBGE (DPE, DGC e DTI), assim como da ENCE e do CDDI, além de representantes de dois parceiros externos: Nic.br e Universidade Federal da Paraíba.

À Gerência de Relações internacionais caberá apoiar as atividades do Hub Regional durante 2025, levando-se em conta que as atividades serão realizadas a partir de demandas internacionais.

## Acordo de Cooperação com a OCDE

Após a candidatura do Brasil para Acesso à OCDE em 2018, o IBGE, como coordenador do Sistema Estatístico Nacional - SEN, procedeu à contratação do *Adherence Review* junto à Diretoria de Estatísticas e Dados da OCDE, cujo principal objetivo é promover uma revisão pela OCDE do Sistema Estatístico Nacional do Brasil e avaliar o alinhamento do SEN às estatísticas oficiais no Brasil com a recomendação do Conselho da OCDE sobre boas práticas estatísticas.

O processo está examinando a estrutura legal e institucional das estatísticas oficiais do Brasil, assim como está avaliando leis, regulamentos e políticas pertinentes que regem as atividades dos principais produtores de estatísticas oficiais no país.

A revisão resultará num relatório detalhando as conclusões e recomendações de política identificadas com o objetivo de alinhar ainda mais o Sistema Estatístico Nacional à recomendação do Conselho da OCDE. A fim de atingir seu objetivo, a revisão abrange três aspectos centrais do arcabouço jurídico e institucional do Brasil para estatísticas oficiais, a saber:

- i. Uma avaliação da base jurídica das estatísticas oficiais e sua aplicação na prática;
- ii. Uma análise do sistema estatístico e de sua estrutura institucional, incluindo funções, competências, relacionamento e responsabilidades de todos os atores do sistema; e,
- iii. Uma avaliação da conformidade do SEN com a recomendação.

O *Adherence Review* está estruturado nas seguintes etapas:

- 1) Questionário de autoavaliação: primeira etapa do processo, em que o IBGE respondeu um questionário de 12 capítulos, que tinha por objetivo avaliar o grau de aderência do SEN às 12 recomendações do Código de Boas Práticas Estatísticas da OCDE e foi entregue no segundo semestre de 2022.
- 2) Questionários Detalhados: em fevereiro de 2023 a OCDE enviou novos questionários cobrindo 15 áreas temáticas, como por exemplo Contas Nacionais, Meio-Ambiente, Distribuição de Renda etc. Os questionários foram respondidos e entregues em julho de 2023.
- 3) O próximo passo será a visita técnica, sem data definida. Nesta etapa técnicos da OCDE virão ao Brasil para encontros com técnicos do IBGE e de outras instituições produtoras de estatísticas oficiais, a serem definidas. A visita terá duração de uma semana e será organizada com apoio do MPO e do MRE.

Em 2024 as tratativas foram interrompidas por determinação do Governo Brasileiro, que iria fazer uma reavaliação de todo o processo de Acesso.

Para 2025 o IBGE foi solicitado a enviar, até 17 de janeiro, uma avaliação do que foi feito até o presente momento e temos a expectativa de que o processo possa ser retomado. Haverá uma reunião dia 28 de janeiro, em Brasília, para tratar do assunto.

## Acordos de cooperação com outros países

Temos os seguintes acordos de cooperação vigentes, que podem ou não demandar atividades em 2025:

- **Escritório Nacional de Estatística da China (NBS):** a finalidade deste acordo é estabelecer uma cooperação técnica e científica entre as duas Instituições, em todas as áreas de interesse comum.
- **IGAC Colômbia:** estabelece cooperação em áreas de interesse mútuo, especialmente:
  - a. Observação da terra
  - b. Geografia;
  - c. Cartografia;
  - d. Geodésia;

- e. Infraestruturas de Dados Espaciais;
  - f. Agrologia;
  - g. Prospectiva;
  - h. Demais temas que forem acordados entre os Partícipes
- **Projeto de cooperação técnica entre IBGE e IGAC, liderado e financiado pela ABC:** seu objetivo é aprimorar as metodologias e insumos para a construção de bases cartográficas, buscando a sua aplicação e atualização no território nacional.

## Outras atividades internacionais

Na área de estatística, o IBGE também é filiado ao ISI (*International Statistics Institute*) instituição que conta com 5 mil integrantes originários de 140 países. É a mais antiga e mais importante associação internacional de estatísticos. O IBGE também é membro do IASS (*International Association of Survey Statisticians*), do IAOS (*International Association for Official Statistics*) e do IASI (*Inter-American Statistical Institute*). Cabe à Gerência de Relações Internacionais coordenar a participação das seguintes filiações:

- IAOS;
- IASI;
- IASS; e
- ISI.

Em virtude das discussões efetuadas no âmbito do Projeto Diálogos IBGE 90 Anos, identificou-se a necessidade de ampliar e qualificar a comunicação feita pela Gerência de Relações Internacionais com INEs, agências, parceiros do IBGE e outras organizações internacionais. O público interno também deve ser contemplado, com uma comunicação voltada ao compartilhamento de conhecimentos adquiridos por servidores em suas participações em eventos internacionais. Para tanto, pretende-se desenvolver um projeto de comunicação em 2025, de modo a atender tal demanda.

Com isso, busca-se fortalecer a inserção internacional do IBGE, tornando públicas as ações desenvolvidas pelo instituto, suas parcerias e cooperações. Ao estabelecer um fluxo de comunicação



com instituições de outros países, o IBGE fortalece sua imagem na comunidade internacional.

## Organização de eventos internacionais

A Gerência de Relações Internacionais também tem como atribuição participar da organização de eventos internacionais e eventos nacionais promovidos pelo IBGE com a participação de convidados internacionais. Inicialmente estão previstas a realização de eventos nos seguintes âmbitos:

### - BRICS

- Reunião técnica para tratar da JSP, fevereiro, *online*.
- Encontro dos chefes dos INEs durante a UNSC, março em Nova Iorque.
- Encontro dos chefes dos INEs em Brasília, junho.

### - COP-30

- A definir.

### Viagens Internacionais da Presidência do IBGE em 2025

Evento	Entidade Promotora	Cidade/País	Período (sem deslocamento)	
			De	Até
56ª Sessão da Comissão Estatística das Nações Unidas e eventos paralelos	ONU	Nova Iorque/EUA	04/03/2025	07/03/2025
XXVIII Encontro da Reunião Especializada de Estatística do MERCOSUL - REES	MERCOSUL	Buenos Aires/Argentina	1º semestre	
73ª Plenary session of the Conference of European Statisticians (CES-UNECE)	ONU	Paris/França ou Genebra/Suíça	Junho	
22ª OECD Committee on Statistics and Statistical Policy	OCDE	Paris/França ou Genebra/Suíça	Junho	
24ª Reunião do Comitê Executivo da CEA/CEPAL	CEA/CEPAL	A definir	1º semestre	
13ª Reunião da Comissão Estatística das Américas	CEA/CEPAL	A definir	2º semestre	
Fórum Mundial de Dados da ONU (UN WDF 2025)	ONU	A definir	2º semestre	

# Melhoria e inovação



## **Inovação**

Em contexto de rápidas transformações, intensificação de novas demandas por parte da sociedade e do mercado, a efetividade das organizações perpassa na sua capacidade inovativa, sua habilidade em canalizar e materializar os conhecimentos e recursos, residentes em rotinas, mente das pessoas, no tecido organizacional, e tecnológicos existentes, e de conhecimentos detidos por entidades congêneres, públicas e privadas, para a produção de novos artefatos, novas entregas relevantes para o usuário.

Ao longo dos anos, o IBGE tem incorporado inovações em seus processos de produção de pesquisas, bases territoriais e realização dos Censos. Gerindo com habilidade as restrições orçamentárias, próprias do setor público, melhorias e novos métodos de pesquisa e recursos tecnológicos foram incorporados às atividades operacionais de coletas, processamento de dados e disseminação, acentuadamente a partir da realização do Censo de 2010, desde a digitalização das coletas das pesquisas ao georreferenciamento e inovações em bases territoriais, pesquisas e operações censitárias.

Como exemplo de recente inovação incorporada, foi uma importante evolução na atualização da Base Territorial do Censo 2022. Trata-se do uso de imagens orbitais de alta resolução para todo o país. A disponibilidade destes insumos cartográficos de detalhe tornou possível aperfeiçoar os limites dos setores censitários, melhorar significativamente a classificação das áreas urbanas e rurais e ampliar a identificação de localidades rurais e remotas que antes só poderiam ser mapeadas em campo, o que impactaria os custos operacionais.

Como resultado, foram produzidos mapas para cada setor censitário e para os recortes operacionais da pesquisa – mapas municipais, mapas urbanos e mapas especiais de Terras Indígenas e Territórios Quilombolas. Os mapas dos setores censitários foram produzidos sempre em duas vias: uma com o croqui dos arruamentos e informações cartográficas básicas e outra com a imagem orbital de grande detalhamento para a área recenseada. No total, são aproximadamente 1 milhão de mapas que orientaram as equipes de coleta em todo o país.

Como demonstrado neste exemplo, a inovação trouxe melhorias ao processo produtivo com redução de custos operacionais, além da agilidade na operação por não necessitar trabalhos de campo. Outra forma de maximização na aplicação dos

escassos recursos orçamentários é aumentando as entregas, novos produtos, atender às novas demandas em curto espaço de tempo.

Em adição ao citado exemplo, uma miríade de inovações e boas práticas, em especial operacionais, emergem no dia a dia das Superintendências Estaduais e Agências, quer seja nas atividades de coleta das pesquisas e bases territoriais, quer seja no relacionamento com as entidades locais.

A capacidade em coligir/incorporar novos conhecimentos, demandas, tecnologias, identificar e canalizar os conhecimentos advindos da experiência das pessoas e de equipes, a gestão de recursos materiais e financeiros, para materializar-se em melhorias e novas e rápidas entregas se constitui em desafio para produção de informações estatísticas e geocientíficas.

## Inovação em 2025

O que o IBGE oferece atende o que a sociedade brasileira espera da Instituição? Nesse sentido trabalhar em duas linhas: o que já oferece e o que legalmente deve oferecer de um lado, que diz respeito ao que já se faz e que preenche a expectativa de que deva continuar a fazer, e, de outro lado, quais são as necessidades que a sociedade desenvolveu em termos de informação e/ou pesquisa que só podem ser cumpridas a partir de um processo de inovação da casa?

A complexidade dos problemas, a proliferação de disciplinas e especializações formais, bem como o contexto e as demandas já reportadas neste documento, exigem cada vez mais que as atividades atinentes à solução de problemas que visem ao desenvolvimento de novos produtos sejam compartilhadas, sem levar em conta limites disciplinares, cognitivos, geográficos e culturais.

Propõe-se equipes organizados em Núcleos funcionais, com funções deliberativas e propositivas, compostas de representantes de todas as Diretorias, Coordenações e Superintendências Estaduais, iniciando-se pelos temas relações institucionais e inovação, podendo-se incluir outros temas que emergirem.

Para 2025, planeja-se as seguintes entregas desses Núcleos:

- Política de Inovação; e
- Política de Relações Institucionais.

A qualidade dos procedimentos nos processos estatísticos é parte importante do nosso plano de trabalho. As medidas adotadas visam à inovação nos processos estatísticos e a captação de dados com segurança, regularidade e rigor técnico que a produção de estatísticas oficiais exige, sobretudo em um contexto de grandes transformações tecnológicas digitais que fortemente impactam as ações dos indivíduos e os arranjos das empresas.

Neste sentido, em 2025, a área de estatísticas promoverá estudos de métodos de ajustamento de qualidade aplicáveis aos índices de preços ao consumidor (IPCA/INPC) para tratamento de “redução” (*shrinkflation*), guia sobre crítica e imputação em pesquisas estatísticas e, ainda, levará a cabo

a avaliação da aderência dos seus processos ao código de boas práticas. Trata-se de instrumentos de aperfeiçoamento da produção estatística e da própria instituição com vistas à manutenção de um padrão de qualidade adquirido pelo IBGE ao longo dos seus quase 90 anos.

A **Diretoria de Geociências** planeja uma série de melhorias e inovações em seus lançamentos previstos para 2025, com os seguintes destaques:

- A ampliação das estações da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo - RBMC em áreas urbanas estratégicas e a compatibilização dos dados com novas constelações e observáveis do Sistema Global de Navegação por Satélite (GNSS). Estas ações visam fortalecer o georreferenciamento de precisão, modernizar tecnologias e ampliar o acesso a dados GNSS de alta qualidade.
- O lançamento do Atlas Nacional do Brasil Milton Santos, o qual estará disponível em versão impressa e digital, tanto na Plataforma Geográfica Interativa - PGI quanto em um *hotsite* na página do IBGE, o que visa ampliar e diversificar as possibilidades de interação com usuários simples e avançados. Além disso, a disponibilização desse produto em inglês e espanhol ampliará ainda mais seu alcance. O Atlas Nacional do Brasil cumpre importante papel na constante modernização da PGI, possibilitando que os usuários tenham uma melhor experiência na interação com os produtos geocientíficos do IBGE.
- A produção de um novo recorte ambiental derivado dos mapeamentos de geologia, geomorfologia, pedologia e vegetação, chamado de Domínios e Regiões Naturais, que pretende ser referência para o conhecimento da distribuição espacial dos recursos naturais brasileiros, para fins como conservação, educação e agricultura sustentável.
- A continuidade do aprimoramento do Mapeamento de Cobertura e Uso da Terra, a partir da extração de feições de imagens orbitais, organizadas em um cubo de dados (Brazil Data Cube), utilizando algoritmos de inteligência artificial.
- A Base Cartográfica Contínua do Brasil na escala 1:250.000 (BC250) que, além da atualização das

feições mapeadas na versão divulgada em 2023, trará como melhoria o incremento de nomes geográficos compatibilizados e validados, proporcionando também o aperfeiçoamento do conteúdo do Banco de Nomes Geográficos do Brasil. Como inovação, a BC250 também será disponibilizada por meio de um serviço onde os elementos geográficos são representados por convenções cartográficas (símbolos, cores, estilos e padrões de preenchimento), contendo legenda e outras informações que orientam sua leitura e compreensão.

- A produção de mapas municipais estatísticos para todos os municípios brasileiros, tendo como plano de fundo os mosaicos de imagens orbitais de alta resolução espacial e qualidade da Planet. Espera-se que este produto se torne uma referência para grande parte dos municípios do país, que não dispõem de infraestrutura tecnológica que os permita ter conhecimento da extensão e abrangência dos limites político-administrativos de seus territórios e a dimensão das localidades que estão sob responsabilidade de sua gestão.
- Intensificar interações com instituições parceiras – como universidades e institutos de pesquisa – através da Revista Brasileira de Geografia, publicando trabalhos acadêmicos e oferecendo à comunidade científica um espaço de visibilidade para sua produção na área de estudos geoespaciais.
- Promover a consolidação de espaços institucionais de produção de dados e informações, através das Gerências de Meio Ambiente e Geografia - GMAGs, e pela realização de pesquisas que demandam o contato e a interação das Superintendências Estaduais com suas respectivas redes municipais. Os projetos e pesquisas da Gerência de Redes e Fluxos, assim como os da Gerência de Regionalização, ambas da Coordenação de Geografia, promovem essas articulações.

A Diretoria de Tecnologia da Informação - DTI planeja uma série de melhorias e inovações em suas ações para 2025, com os seguintes destaques:

- Planejamento dos recursos de TIC necessários às pesquisas e ações do IBGE, em especial, para as próximas operações censitárias;
- Agilidade do processo de contratação de recursos de TIC (*hardware*, *software* ou serviços);
- Previsibilidade de orçamento para manter o funcionamento dos serviços oferecidos, licenças de *software*, recursos em nuvem, garantias de equipamentos, entre outros;
- Readequação dos recursos para o teletrabalho: a substituição gradual dos *desktops* de trabalho por *laptops*, em conjunto com o uso *desktops* virtuais (possibilitando ganhos de mobilidade); o acesso direto às bases de dados e repositórios; conexão a servidores para processamentos de maior complexidade; reforço em controles de segurança, telessuporte, uso exclusivo de equipamento institucional para acesso e uso de dados; e a redução da necessidade de espaços físicos, entre outros benefícios;
- Avanço no uso de tecnologias em nuvem em outras áreas. A criação de uma Nuvem Privada do IBGE é um projeto a ser iniciado para prover maiores resiliência e independência ao IBGE para o gerenciamento de seu parque tecnológico e serviços.
- Incorporação de rotinas, suporte e técnicas de segurança da informação aos processos de desenvolvimento de sistemas e implantação de *softwares*;
- Gestão de TIC: normatização e sistematização de processos internos;
- Governança de dados: sensibilização para a internalização dos papéis, procedimentos e responsabilidades previstos na Política de Governança de Dados do IBGE;
- Aprimorar o suporte aos usuários de tecnologia: organizar sistemas e equipes (Equipes de Plantão para Resolução de Problemas), desenvolvimento de soluções de autoatendimento e fortalecimento e aprimoramento do Disk DTI;
- Ciência de Dados, Inteligência Artificial e *Big Data*: avançar em conhecimento e implantação

de novas tecnologias para a modernização de produção estatística oficial;

- Realizar Integração SEI x DAS e implementar a substituição dos sistemas de Protocolo e Atos e Documentos pelo SEI e integração de diversos sistemas do SDA com o SEI;

- Publicação dos novos PDTI, EGTI, Plano de Transformação Digital, POSIC e Plano de Dados Abertos do IBGE;
- Avançar nos Indicadores ODS (integrado dentro do Sist. Metadados) com melhorias e novos módulos para os Indicadores ODS.

# **Disseminação e Comunicação**





A missão do IBGE só se completa quando os dados coletados em suas pesquisas e as conclusões dos estudos realizados são trabalhados pelas equipes correspondentes e retornam à sociedade sob a forma de informações disponíveis em bases de dados, aplicações, mapas, publicações, entre outros suportes e ferramentas. A divulgação deve ser realizada mediante diferentes meios e tecnologias que atendam às necessidades dos seus usuários e garantam ampla cobertura.

## **Eventos**

Eventos institucionais são uma forma de comunicação, pois promovem e divulgam as mais diversas atividades do IBGE, proporcionam conhecimento aos participantes e fortalecem a imagem da Instituição.

A presença nacional do IBGE facilita a difusão da imagem institucional por meio da realização de eventos regionais e cria condições de estreitamento de laços com parceiros estratégicos.

Os principais eventos institucionais previstos para 2025 são:

### **2º Encontro Nacional do Sistema de Contas Regionais Sobre Nova Base 2021**

Local previsto: Rio de Janeiro

Data prevista: março/2025

### 3º Encontro "Diálogos IBGE"

Local previsto: Rio de Janeiro

Data prevista: maio/2025

### V CONFEST

Local previsto: Rio de Janeiro

Data prevista: Julho/2025

### IV CONFEGE

Local previsto: Rio de Janeiro

Data prevista: Julho/2025

## Divulgações

Ter um calendário de divulgações publicado com antecedência e disponível para toda a sociedade faz parte das orientações do *Código de Boas Práticas das Estatísticas do IBGE*. No primeiro dia útil do ano, o IBGE publica seu calendário anual de divulgações em seu portal na internet, contendo a relação dos lançamentos previstos dos produtos estatísticos e geocientíficos. A antecedência garante que todos tenham conhecimento das datas, o que confere transparência, imparcialidade e isenção à divulgação dos resultados. Ocorrendo alterações do calendário de divulgação, essas devem ser anunciadas e justificadas aos usuários.

A Coordenação de Comunicação Social - CCS realiza o acompanhamento do calendário de divulgação do IBGE, incluindo embargos se for o caso, mediando ainda a relação das áreas técnicas produtoras com a imprensa em geral.

Alguns produtos constantes no calendário a seguir não têm a sua divulgação garantida na data estipulada, pois dependem de determinadas condições. Entre os fatores que podem influenciar a produção e divulgação desses produtos estão o recebimento de insumos essenciais e a disponibilidade de recursos financeiros e humanos.

A divulgação dos produtos do IBGE tem sua data prevista com antecedência, mas ela pode ser alterada até trinta dias antes da efetiva divulgação. Assim, é recomendável que sempre seja feita uma consulta ao portal institucional para verificação do calendário.

### Próximas divulgações:



<https://www.ibge.gov.br/calendario-de-divulgacoes-novoportal.html>

## saiba mais

**Indicadores conjunturais:** são dados que representam o desempenho das atividades econômicas de um país e permitem acompanhar as principais variações do cenário econômico e social.

**Estudos e pesquisas estruturais e especiais:** são pesquisas anuais que fornecem informações para o planejamento governamental e para a elaboração de estudos sobre os setores de comércio, indústria, serviços e construção.

**Produtos geocientíficos:** são mapas, aplicações, bases de dados, malhas territoriais, entre outros produtos, que fornecem informações nas áreas de geografia, geodésia, cartografia, recursos naturais, meio ambiente, para o conhecimento do território brasileiro e a relação da população com o meio ambiente.

**Investigações experimentais:** investigações ainda sob avaliação, ou seja, que não atingiram um grau completo de maturidade em termos de harmonização, cobertura ou metodologia, e resultam de uma nova operação estatística ou geocientífica (pesquisa, sistema, síntese, classificação, ou outro tipo) ou de novos indicadores em operações já existentes. Essas informações podem ainda resultar de testes de novos métodos, de avaliações de diferentes formas de obtenção de dados ou de mensuração de fenômenos, associados a operações novas ou já existentes.

2022

## Indicadores conjunturais, estudos e pesquisas estruturais e especiais e produtos geocientíficos

### Janeiro

- ☐ Índice de Preços ao Produtor - Indústrias Extrativas e de Transformação | **IPP**
- ☐ Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física - Brasil | **PIM-PF Brasil**
- ☐ Pesquisa Mensal de Comércio | **PMC**
- ☐ Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo e Índice Nacional de Preços ao Consumidor | **IPCA/INPC**
- ☐ Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil | **SINAPI**
- ☐ Levantamento Sistemático da Produção Agrícola | **LSPA**
- ☐ Safra 2025 | **SAFRA**
- ☐ Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física - Regional | **PIM-PF Regional**
- ☐ Pesquisa Mensal de Serviços | **PMS**
- ☐ Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 | **IPCA-15**
- ☐ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Mensal | **PNAD Contínua mensal**
- ☐ Arquivos de ¼ de hora (15 minutos) de dados GNSS das estações da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS - RBMC disponibilizados na Internet ao longo do dia (Projeto AMPL RBMC)\*
- ☐ Arquivos das Estações da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS - RBMC, para o Georreferenciamento de precisão\*
- ☐ Arquivos de Estações da Rede Maregráfica Permanente para Geodesia – RMPG, visando o monitoramento das variações do nível do mar\*

\* Divulgação no último dia útil de cada mês.

## Fevereiro

- ☐ Índice de Preços ao Produtor - Indústrias Extrativas e de Transformação | **IPP**
- ☐ Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física - Brasil | **PIM-PF Brasil**
- ☐ Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo e Índice Nacional de Preços ao Consumidor | **IPCA/INPC**
- ☐ Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil | **SINAPI**
- ☐ Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física - Regional | **PIM-PF Regional**
- ☐ Pesquisas Trimestrais do Abate de Animais, do Leite e do Couro e Produção de Ovos de Galinha: Primeiros resultados | **Trimestrais AGRO**
- ☐ Pesquisa Mensal de Serviços | **PMS**
- ☐ Pesquisa Mensal de Comércio | **PMC**
- ☐ Levantamento Sistemático da Produção Agrícola | **LSPA**
- ☐ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral | **PNAD Contínua trimestral**
- ☐ Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 | **IPCA-15**
- ☐ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Mensal | **PNAD Contínua mensal**
- ☐ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Rendimento Domiciliar *per capita* 2024 | **PNAD Contínua**

## Março

- ☐ Sistema de Contas Nacionais Trimestrais | **SCNT**
- ☐ Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física - Brasil | **PIM-PF Brasil**
- ☐ Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo e Índice Nacional de Preços ao Consumidor | **IPCA/INPC**
- ☐ Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil | **SINAPI**

- ☐ Pesquisa Mensal de Serviços | **PMS**
- ☐ Levantamento Sistemático da Produção Agrícola | **LSPA**
- ☐ Pesquisa Mensal de Comércio | **PMC**
- ☐ Índice de Preços ao Produtor - Indústrias Extrativas e de Transformação | **IPP**
- ☐ Gestão do Território 2024
- ☐ Pesquisas Trimestrais do Abate de Animais, do Leite e do Couro e Produção de Ovos de Galinha | **Trimestrais AGRO**
- ☐ Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física - Regional | **PIM-PF Regional**
- ☐ Pesquisa de Inovação Semestral 2023 – Indicadores Básicos (Estatísticas Experimentais)
- ☐ Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 | **IPCA-15**
- ☐ Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial | **IPCA-E**
- ☐ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Mensal | **PNAD Contínua mensal**

## Abril

- ☐ Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física - Brasil | **PIM-PF Brasil**
- ☐ Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física - Regional | **PIM-PF Regional**
- ☐ Índice de Preços ao Produtor - Indústrias Extrativas e de Transformação | **IPP**
- ☐ Pesquisa Mensal de Comércio | **PMC**
- ☐ Levantamento Sistemático da Produção Agrícola | **LSPA**
- ☐ Pesquisa Mensal de Serviços | **PMS**
- ☐ Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo e Índice Nacional de Preços ao Consumidor | **IPCA/INPC**
- ☐ Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil | **SINAPI**
- ☐ Malha Municipal Digital, versão 2024

- ❑ Mapas Municipais das Estimativas Populacionais, versão 2024
- ❑ Áreas Territoriais Brasileiras, versão 2024
- ❑ Divisão Territorial Brasileira, versão 2024
- ❑ Alterações Toponímicas Municipais, versão 2024
- ❑ Municípios Limítrofes, versão 2024
- ❑ Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 | **IPCA-15**
- ❑ Revista Brasileira de Geografia, v. 69 n. 2
- ❑ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Mensal | **PNAD Contínua mensal**

---

## Maio

- ❑ Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física - Brasil | **PIM-PF Brasil**
- ❑ Índice de Preços ao Produtor - Indústrias Extrativas e de Transformação | **IPP**
- ❑ Pesquisa Nacional por amostra de Domicílios Contínua – rendimento de todas as fontes 2024 | **PNAD Contínua**
- ❑ Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo e Índice Nacional de Preços ao Consumidor | **IPCA/INPC**
- ❑ Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil | **SINAPI**
- ❑ Avaliação temporal da dependência de polinizadores da produção agrícola e extrativista do Brasil
- ❑ Pesquisas Trimestrais do Abate de Animais, do Leite e do Couro e Produção de Ovos de Galinha: Primeiros resultados | **Trimestrais AGRO**
- ❑ Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física - Regional | **PIM-PF Regional**
- ❑ Pesquisa Mensal de Serviços | **PMS**
- ❑ Pesquisa Mensal de Comércio | **PMC**
- ❑ Levantamento Sistemático da Produção Agrícola | **LSPA**
- ❑ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral | **PNAD Contínua trimestral**

- ❑ Estatísticas do Registro Civil 2023
- ❑ Sub-Registro de nascimentos e óbitos 2023
- ❑ Pesquisa Anual da Indústria da Construção 2023 | **PAIC**
- ❑ Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 | **IPCA-15**
- ❑ Estatísticas Econômicas | **Indicadores do Brasil 2025**
- ❑ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Coeficiente de Desequilíbrio Regional 2024 | **PNAD Contínua**
- ❑ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Mensal | **PNAD Contínua mensal**
- ❑ Sistema de Contas Nacionais Trimestrais | **SCNT**

---

## Junho

- ❑ Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física - Brasil | **PIM-PF Brasil**
- ❑ Categoria Edificações – Classe Edificações de Ensino
- ❑ Reflexões sobre a Agenda 2030 - Dez anos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2015-2025 | **População e Indicadores Sociais**
- ❑ Índice de Preços ao Produtor - Indústrias Extrativas e de Transformação | **IPP**
- ❑ Quadro Geográfico de Referência para Produção, Análise e Disseminação de Estatísticas: Divisões Regionais Legais
- ❑ Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo e Índice Nacional de Preços ao Consumidor | **IPCA/INPC**
- ❑ Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil | **SINAPI**
- ❑ Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física - Regional | **PIM-PF Regional**
- ❑ Pesquisas Trimestrais do Abate de Animais, do Leite e do Couro e Produção de Ovos de Galinha | **Trimestrais AGRO**

- ❑ Estudo Complementar à Aplicação da Técnica de Captura-Recaptura - Estimativas desagregadas dos totais de nascidos vivos e óbitos 2023 | Estatísticas Experimentais | **População e Indicadores Sociais**
- ❑ Levantamento Sistemático da Produção Agrícola | **LSPA**
- ❑ Pesquisa de Estoques | **ESTOQUES**
- ❑ Pesquisa Mensal de Comércio | **PMC**
- ❑ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Educação 2024 | **PNAD Contínua**
- ❑ Pesquisa Mensal de Serviços | **PMS**
- ❑ Pesquisa Industrial Anual Empresa 2023 | **PIA Empresa**
- ❑ Pesquisa Industrial Anual Produto 2023 | **PIA Produto**
- ❑ Estatísticas do Cadastro Central de Empresas 2023 | **Cadastro**
- ❑ Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 | **IPCA-15**
- ❑ Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial | **IPCA-E**
- ❑ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Mensal | **PNAD Contínua mensal**
- ❑ Modelo Genérico de Processos de Produção de Geoinformação do IBGE: GGIBPM
- ❑ Áreas Verdes Urbanas do Brasil (IGE)

---

## Julho

- ❑ Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física - Brasil | **PIM-PF Brasil**
- ❑ Panorama Nacional e Internacional da Produção de Indicadores Sociais - Estatísticas de saúde | **População e Indicadores Sociais**
- ❑ Índice de Preços ao Produtor - Indústrias Extrativas e de Transformação | **IPP**
- ❑ Pesquisa Mensal de Comércio | **PMC**
- ❑ Identificação de áreas prioritárias para Coletas Botânicas

- ❑ Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo e Índice Nacional de Preços ao Consumidor | **IPCA/INPC**
- ❑ Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil | **SINAPI**
- ❑ Levantamento Sistemático da Produção Agrícola | **LSPA**
- ❑ Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física - Regional | **PIM-PF Regional**
- ❑ Pesquisa Mensal de Serviços | **PMS**
- ❑ Faces de Logradouros do Brasil, versão 2024
- ❑ Projeções da População - Metodologia detalhada da Revisão 2024
- ❑ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Trabalho de Crianças e Adolescente de 5 a 17 anos de idade 2024 (Estatística Experimental) | **PNAD Contínua**
- ❑ Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 | **IPCA-15**
- ❑ Pesquisa Anual de Comércio 2023 | **PAC**
- ❑ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Mensal | **PNAD Contínua mensal**

---

## Agosto

- ❑ Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física - Brasil | **PIM-PF Brasil**
- ❑ Índice de Preços ao Produtor - Indústrias Extrativas e de Transformação | **IPP**
- ❑ Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física - Regional | **PIM-PF Regional**
- ❑ Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo e Índice Nacional de Preços ao Consumidor | **IPCA/INPC**
- ❑ Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil | **SINAPI**
- ❑ Pesquisas Trimestrais do Abate de Animais, do Leite e do Couro e Produção de Ovos de Galinha: Primeiros resultados | **Trimestrais AGRO**
- ❑ Pesquisa Mensal de Comércio | **PMC**

- ❑ Levantamento Sistemático da Produção Agrícola | **LSPA**
- ❑ Pesquisa Mensal de Serviços | **PMS**
- ❑ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral | **PNAD Contínua trimestral**
- ❑ Pesquisa Anual de Serviços 2023 | **Pesquisa Anual de Serviços**
- ❑ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Características Gerais dos Domicílios e Moradores 2024 | **PNAD Contínua**
- ❑ Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 | **IPCA-15**
- ❑ Estimativas de População 2025 | **Estimativas da População**
- ❑ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Mensal | **PNAD Contínua mensal**
- ❑ Centros de População

---

## Setembro

- ❑ Sistema de Contas Nacionais Trimestrais | **SCNT**
- ❑ Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física - Brasil | **PIM-PF Brasil**
- ❑ Índice de Preços ao Produtor - Indústrias Extrativas e de Transformação | **IPP**
- ❑ Pesquisas Trimestrais do Abate de Animais, do Leite e do Couro e Produção de Ovos de Galinha | **Trimestrais AGRO**
- ❑ Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo e Índice Nacional de Preços ao Consumidor | **IPCA/INPC**
- ❑ Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil | **SINAPI**
- ❑ Levantamento Sistemático da Produção Agrícola | **LSPA**
- ❑ Pesquisa Mensal de Comércio | **PMC**
- ❑ Produção Agrícola Municipal 2024 | **PAM**
- ❑ Pesquisa Mensal de Serviços | **PMS**

- ❑ Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física - Regional | **PIM-PF Regional**
- ❑ Revista Brasileira de Geografia, v. 70 n. 1
- ❑ Produção da Pecuária Municipal | **PPM**
- ❑ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Características de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC 2024 | **PNAD Contínua**
- ❑ Pesquisa de Inovação 2023: Indicadores temáticos (Estatísticas Experimentais) | **Pesquisa de Inovação Semestral**
- ❑ Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 | **IPCA-15**
- ❑ Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial | **IPCA-E**
- ❑ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Mensal | **PNAD Contínua mensal**
- ❑ Áreas Urbanizadas do Brasil

---

## Outubro

- ❑ Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2024 | **PEVS**
- ❑ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua | **PNAD Contínua**
- ❑ Pesquisa Nacional da Saúde Escolar | **PeNSE**
- ❑ Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física - Brasil | **PIM-PF Brasil**
- ❑ Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo e Índice Nacional de Preços ao Consumidor | **IPCA/INPC**
- ❑ Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil | **SINAPI**
- ❑ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Segurança Alimentar 2024 | **PNAD Contínua**
- ❑ Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física - Regional | **PIM-PF Regional**
- ❑ Índice de Preços ao Produtor - Indústrias Extrativas e de Transformação | **IPP**

- ❑ Reserva Ecológica do IBGE: Compromisso com a Biodiversidade, a Ciência e a Sociedade
- ❑ Pesquisa Mensal de Serviços | **PMS**
- ❑ Levantamento Sistemático da Produção Agrícola | **LSPA**
- ❑ Pesquisa Mensal de Comércio | **PMC**
- ❑ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Trabalho por Meio de Plataformas Digitais 2024 (Estatística Experimental) | **PNAD Contínua**
- ❑ Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 | **IPCA-15**
- ❑ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Mensal | **PNAD Contínua mensal**
- ❑ Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2024 | **ESTADIC**
- ❑ Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2024 | **MUNIC**
- ❑ Brasil em Números 2025

---

## Novembro

- ❑ Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física - Brasil | **PIM-PF Brasil**
- ❑ Sistema de Contas Nacionais - Brasil 2023 | **Contas Nacionais**
- ❑ Pesquisa de Informações Básicas Municipais - **Suplemento de segurança alimentar 2024** | **MUNIC**
- ❑ Pesquisa de Informações Básicas Estaduais - **Suplemento de segurança alimentar 2024** | **ESTADIC**
- ❑ Índice de Preços ao Produtor - Indústrias Extrativas e de Transformação | **IPP**
- ❑ Manual de Boas Práticas para Preenchimento de Metadados
- ❑ Categoria Edificações – Classe Edificações de Saúde
- ❑ Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física - Regional | **PIM-PF Regional**
- ❑ Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo e Índice Nacional de Preços ao Consumidor | **IPCA/INPC**
- ❑ Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil | **SINAPI**
- ❑ Estatísticas por Recortes Ambientais - Biomas
- ❑ Avaliação dos dados sobre a Biodiversidade Brasileira
- ❑ Pesquisas Trimestrais do Abate de Animais, do Leite e do Couro e Produção de Ovos de Galinha: Primeiros resultados | **Trimestrais AGRO**
- ❑ Pesquisa Mensal de Serviços | **PMS**
- ❑ Desigualdades Sociais por Cor ou Raça - 3ª ed. | **População e Indicadores Sociais**
- ❑ Fundações e Associações Privadas sem Fins Lucrativos 2023 | **Cadastro**
- ❑ Pesquisa Mensal de Comércio | **PMC**
- ❑ Levantamento Sistemático da Produção Agrícola | **LSPA**
- ❑ Safra 2026 | **SAFRA**
- ❑ Pesquisa de Estoques | **ESTOQUES**
- ❑ Sistema de Contas Regionais - Brasil 2023 | **Contas Nacionais**
- ❑ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral | **PNAD Contínua trimestral**
- ❑ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Características Adicionais de Mercado de Trabalho 2024 | **PNAD Contínua**
- ❑ BdiA - Banco de Informações Ambientais
- ❑ Genealogia dos Municípios, versão 2024
- ❑ Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 | **IPCA-15**
- ❑ Estatísticas de Finanças Públicas e Conta Intermediária de Governo - Brasil 2024 | **Contas Nacionais**
- ❑ Portal RBMC
- ❑ Cobertura e Uso da Terra
- ❑ Tábuas Completas de Mortalidade 2024 | **Tábuas de Mortalidade**



- ❑ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Mensal | **PNAD Contínua mensal**
- ❑ Atlas das Representações Literárias de Regiões Brasileiras: Amazônia - v. 5
- ❑ Base Cartográfica Contínua do Brasil, escala 1:250.000, BC250, versão 2025
- ❑ Biomas do Brasil
- ❑ Regiões Naturais do Brasil

---

## Dezembro

- ❑ Unidades Geográficas de Confidencialidade do Censo Demográfico 2022
- ❑ Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física - Brasil | **PIM-PF Brasil**
- ❑ Síntese de Indicadores Sociais - Uma análise das condições de vida da população brasileira 2025 | **População e Indicadores Sociais**
- ❑ Sistema de Contas Nacionais Trimestrais | **SCNT**
- ❑ Índice de Preços ao Produtor - Indústrias Extrativas e de Transformação | **IPP**
- ❑ Conjunto de Folhas Planimétricas na escala 1:250.000, versão 2025
- ❑ Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física - Regional | **PIM-PF Regional**
- ❑ Novas estações da RBMC operacionais (Projeto AMPL RBMC)
- ❑ Conjunto anual de arquivos de dados geoespaciais publicado no portal IBGE (SIRGAS)
- ❑ Conjunto de estações gravimétricas (EEGG) publicadas no Banco de Dados Geodésicos (BDG)
- ❑ Novas funcionalidades para o Portal da RMPG, versão 2.0
- ❑ Conjunto de Estações Geodésicas (RRNN) publicadas no Banco de Dados Geodésicos – BDG
- ❑ Conjunto de Estações Geodésicas GNSS com conexão com referências de nível, publicadas no Banco de Dados Geodésicos - BDG
- ❑ Conjunto anual de arquivos de dados geoespaciais publicado no portal IBGE (RMPG)
- ❑ População em áreas de risco
- ❑ Pesquisas Trimestrais do Abate de Animais, do Leite e do Couro e Produção de Ovos de Galinha | **Trimestrais AGRO**
- ❑ Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo e Índice Nacional de Preços ao Consumidor | **IPCA/INPC**
- ❑ Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil | **SINAPI**
- ❑ Estatísticas do Registro Civil 2024 | **Registro Civil**
- ❑ Pesquisa Mensal de Comércio | **PMC**
- ❑ Levantamento Sistemático da Produção Agrícola | **LSPA**
- ❑ Safra 2026 | **SAFRA**
- ❑ Pesquisa Mensal de Serviços | **PMS**
- ❑ Sistema de Informações e Indicadores Culturais 2013-2024 | **População e Indicadores Sociais**
- ❑ Produto Interno Bruto dos Municípios - **Brasil 2022-2023** | **Produto Interno Bruto**
- ❑ Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 | **IPCA-15**
- ❑ Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial | **IPCA-E**
- ❑ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Mensal | **PNAD Contínua mensal**

## Censo Demográfico 2022

---

### Janeiro/Fevereiro/Março

- ☐ Censo Demográfico 2022: Educação: Resultados preliminares da amostra

---

### Abril/Maio/Junho

- ☐ Censo Demográfico 2022: Características urbanísticas do Entorno dos Domicílios
- ☐ Censo Demográfico 2022: Grade Estatística
- ☐ Censo Demográfico 2022: Quilombolas: Resultados do universo (parte 2)
- ☐ Censo Demográfico 2022: Pessoas com deficiência e autismo: Resultados preliminares da amostra (divulgação Internet)
- ☐ Censo Demográfico 2022: Religião: Resultados preliminares da amostra
- ☐ Censo Demográfico 2022: Localidades Intraurbanas
- ☐ Censo Demográfico 2022: Localidades do Brasil
- ☐ Censo Demográfico 2022: Aplicativo de Localidades do Brasil
- ☐ Censo Demográfico 2022: Fecundidade, nupcialidade e migração: Resultados preliminares da amostra
- ☐ Censo Demográfico 2022: Mapas dos Setores Urbanos e Rurais

---

### Julho/Agosto/Setembro

- ☐ Censo Demográfico 2022: Unidades de Conservação
- ☐ Censo Demográfico 2022: Trabalho e rendimento: Resultados preliminares da amostra
- ☐ Censo Demográfico 2022: Deslocamento para trabalho e estudo: Resultados preliminares da amostra
- ☐ Censo Demográfico 2022: Áreas de ponderação
- ☐ Censo Demográfico 2022: Microdados da amostra
- ☐ Censo Demográfico 2022: Etnia e língua indígenas: Resultados do universo
- ☐ Censo Demográfico 2022: Questionário de abordagem em localidades indígenas
- ☐ Censo Demográfico 2022: Nomes do Brasil

---

### Outubro/Novembro/Dezembro

- ☐ Censo Demográfico 2022: Povos e Comunidades Tradicionais: Resultados da amostra
- ☐ Censo Demográfico 2022: Favelas e Comunidades Urbanas: Informações territoriais
- ☐ Censo Demográfico 2022: Quadras Censitárias
- ☐ Censo Demográfico 2022: Resultados gerais da amostra

2022

---

## Janeiro

- ☐ Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física - Brasil | **PIM-PF Brasil**
- ☐ Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo e Índice Nacional de Preços ao Consumidor | **IPCA/INPC**
- ☐ Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil | **SINAPI**
- ☐ Pesquisa Mensal de Serviços | **PMS**
- ☐ Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física - Regional | **PIM-PF Regional**
- ☐ Pesquisa Mensal de Comércio | **PMC**
- ☐ Levantamento Sistemático da Produção Agrícola | **LSPA**
- ☐ Safra 2026 | **SAFRA**
- ☐ Índice de Preços ao Produtor - Indústrias Extrativas e de Transformação | **IPP**
- ☐ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Mensal | **PNAD Contínua mensal**
- ☐ Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 | **IPCA-15**

---

## Fevereiro

- ☐ Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física - Brasil | **PIM-PF Brasil**
- ☐ Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física - Regional | **PIM-PF Regional**
- ☐ Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo e Índice Nacional de Preços ao Consumidor | **IPCA/INPC**
- ☐ Índice de Preços ao Produtor - Indústrias Extrativas e de Transformação | **IPP**
- ☐ Pesquisas Trimestrais do Abate de Animais, do Leite e do Couro e Produção de Ovos de Galinha: Primeiros resultados | **Trimestrais AGRO**
- ☐ Pesquisa Mensal de Serviços | **PMS**
- ☐ Pesquisa Mensal de Comércio | **PMC**
- ☐ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral | **PNAD Contínua trimestral**
- ☐ Sistema de Contas Nacionais Trimestrais | **SCNT**
- ☐ Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 | **IPCA-15**



# Anexo

## Metodologia de construção do Plano de Trabalho 2025

O plano de trabalho de 2025 começou a ser elaborado a partir da criação da Portaria IBGE nº 961 de 07 de agosto de 2024. O Grupo foi composto por representantes das diversas diretorias e áreas do IBGE. Esta comissão se reuniu sistematicamente de agosto a dezembro de 2024 para, primeiro apresentar a metodologia de trabalho e, depois, para finalizar a organização do Plano de Trabalho IBGE 2025.

O grupo realizou primeiro o trabalho de elaboração da estrutura e da proposta metodológica para 2025, e na primeira reunião do conselho Diretor de novembro de 2024 apresentou o que seria a estrutura e a metodologia de preenchimento do plano de trabalho 2025.

A principal diferença do Plano de 2024 para o Plano de 2025 é que os projetos estratégicos do IBGE teriam uma importância transversal. Ou seja, o Plano daria prioridade a uma unidade de ações para o IBGE. Em comparação com 2024, o que temos é que o plano de trabalho era basicamente a somatória das ações propostas por cada uma das diretorias, coordenações e gerências da instituição de modo que era bastante visível o que cada área entregava, mas tinha uma dimensão fragmentada da contribuição do IBGE a sociedade brasileira.

Com a estrutura apresentada ao Plano de Trabalho 2025, a proposta foi de integração e, na medida em que a estrutura foi apresentada a indicação é que os textos institucionais fossem escritos por comissões e áreas responsáveis e as ações específicas de cada diretoria apresentada pelos seus membros. Uma vez apresentada a estrutura, a metodologia de preenchimento (que foi realizada através de apresentações do plano de trabalho), as áreas e as comissões entregaram suas partes que foram anexadas cada qual em seu respectivo lugar que foi sistematizada pela equipe de Coordenação de Planejamento e Gestão e a presidência.

Portanto, este plano é resultado coletivo fruto de diversas contribuições das áreas e resultado da sistematização realizada pela área específica de modo que tenta condensar as ações do IBGE em 2025 de modo a apresentar para a sociedade brasileira sua contribuição e realizar, com transparência, seu trabalho junto aos órgãos públicos e de governo.

Cabe ainda destacar nominalmente a equipe técnica que fez parte deste esforço na ficha técnica anexada a seguir.



# Equipe técnica

## Diretoria-Executiva

### Coordenação de Planejamento e Gestão

Dione Conceição de Oliveira

## Colaboradores

Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria IBGE n. 961, de 07.08.2024, que teve como função criar o Grupo de trabalho para Elaboração do Plano de Trabalho 2025:

### Coordenação

Luís Fernando Vitagliano

## REPRESENTANTES

### Presidência

Sonia Val Dias  
Edson Chun Ichi Ebara

### Diretoria-Executiva

Rose Mary Rodrigues  
Flavia Vinhaes Santos  
Dione Conceição de Oliveira

### Diretoria de Geociências

Patricia do Amorim Vida Costa  
Katia Regina Goes Souza

### Diretoria de Pesquisas

João Hallak Neto  
Claudio Dutra Crespo

### Diretoria de Tecnologia da Informação

Claudio Ananias Ferraz  
Arnaldo Lyrio Barreto

### Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Maria do Carmo Dias Bueno  
Emerson Matosino Ferreira Dias

### Escola Nacional de Ciências Estatísticas

Cesar Augusto Marques da Silva  
Izabelle de Oliveira

### Coordenação-Geral de Operações Censitárias

Cynthia Gomes Damasceno  
Miguel Ângelo Montenegro

### Superintendências Estaduais

Francisco Garrido Barcia  
Rubia Francisca Silva Lenza  
Edson Roberto Vieira  
Marcelo Virgínio De Melo

## Projeto Editorial

### Centro de Documentação e Disseminação de Informações

#### Coordenação de Produção Editorial e Gráfica

Ednalva Maia do Monte

#### Gerência de Editoração

##### Diagramação textual

Leonardo Martins

##### Ilustração

Aline Carneiro Damacena

#### Gerência de Gráfica

Newton Malta de Souza Marques

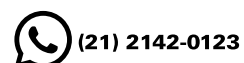
#### Gerência de Impressão, Acabamento e Logística

Edmilson Ramos Raya





Se o assunto é **Brasil**,  
procure o **IBGE**.



[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br) 0800 721 8181

